Um ano de muito trabalho e muitas conquistas. Para todos nós.

O ano de 2021 foi de retomada em diversos aspectos, no Brasil e no mundo. Conseguimos atravessar um dos momentos mais desafiadores da nossa história graças à nossa união.

Para a Brasilcap, isso se refletiu em muitas conquistas a partir de um trabalho bem feito. E o resultado de todo esse esforço foi um ano de muitas vitórias também para quem confia no nosso trabalho.

Sempre ao lado dos nossos clientes, entregamos R\$ 67 milhões em prêmios para cerca de 16 mil títulos de capitalização e conquistamos, pelo segundo ano seguido, o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, no segmento Previdência e Capitalização.

Em 2021, chegamos a 26 anos no mercado e conquistamos pelo 11º ano consecutivo o Certificado de Empresa Cidadã, reforçando nosso compromisso de entrega a todos os nossos associados.

Tivemos um faturamento de **R\$ 4,3 bilhões** de reais e nossos ativos totais atingiram o patamar de **R\$ 9,7 bilhões**. Cerca de **R\$ 515 mil** foram doados para instituições do terceiro setor que atuam nas áreas da educação, esporte e, prioritariamente, saúde e assistência social.

Que em 2022 a gente possa continuar realizando muitos planos.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2021

No exercício de 2021, a Brasilcap alcançou um faturamento de R\$ 4,3 bilhões, as reservas técnicas ficaram em R\$ 7,9 bilhões, os ativos totais atingiram o patamar de R\$ 9,7 bilhões e o lucro líquido de R\$ 3,5 milhões. O Ourocap, comercializado pela BB Corretora nos canais do Banco do Brasil, manteve posição de destaque,

representando 89,9% do total das arrecadações, alavancado por ações de incentivo à rede, promoções e campanhas publicitárias. Sempre atenta às diretrizes das Circulares SUSEP nºs 576 e 582 e da Resolução CNSP nº 384, entre outras, a empresa manteve em 2021 a diversificação com soluções de capitalização para outros segmentos de negócios, através das modalidades Incentivo, Popular e Filantropia Premiável. Esta última, também com uma versão digital por meio do Doadin, produto lançado em abril de 2020 com o objetivo de arrecadar recursos para que entidades beneficentes, como a AACD, mantenham as suas atividades, mesmo em meio aos impactos trazidos pela pandemia. Complementando este portfólio versátil, vale o destaque para o Cap Fiador, da modalidade Instrumento de Garantia, com crescimento de 34,2% nas vendas do período. A solução, oferecida para garantia de aluguel, é atualmente distribuída por cerca de 150 parceiros comerciais em todo o País.

O desempenho positivo da Companhia também se refletiu nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os planos de vida de clientes em todo o Brasil. Foram entregues R\$ 67 milhões para cerca de 16,1 mil títulos de capitalização contemplados.

A gestão dos ativos financeiros durante o exercício de 2021 foi bastante desafiadora. Após a taxa SELIC atingir o patamar mínimo histórico de 2,0%, o Copom deu início ao ciclo de normalização da política monetária em março deste ano. Isso ocorreu por meio da elevação da taxa SELIC, que encerrou o exercício em 9,25%. As mudanças das condições macroeconômicas e elevação das taxas de juros em intensidade e velocidade superior às expectativas elevaram o nível de volatilidade do mercado.

ASUSEP, por sua vez, promoveu mudanças regulatórias na apuração de liquidez e solvência por meio da publicação da Resolução CNSP nº 412/2021, emitida em 30 de junho de 2021, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2021. Essa alteração normativa elevou a necessidade de patrimônio líquido ajustado ("PLA") da Brasilcap, por incluir a criação do conceito de PLA de qualidade e novos limites para utilização de ajustes econômicos, alterando de forma significativa os valores projetados do indicador de solvência. Em 12 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CNSP nº 432/2021, oferecendo às empresas reguladas a possibilidade de aplicar os novos limites para uso dos superávits dos fluxos realistas a partir de 03 de janeiro de 2022, conforme a opção de cada Companhia. Em decorrência dos dois cenários, econômico e regulatório, a Companhia adotou a estratégia de realizar operações para elevação do PLA, com consequente redução do lucro do exercício. Para que esta estratégia fosse executada, foram necessárias mudanças na carteira de investimentos, onde foi realizada a sua reconfiguração, que se consistiu na venda de ativos longos para posterior aquisição de ativos mais curtos com rentabilidade superior, aumentando o índice de solvência. De forma complementar, a Brasilcap contou também com aumento do seu Capital Social no valor de R\$ 100 milhões.

A Companhia também declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as boas práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os títulos marcados na categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento (no montante de R\$ 4,5 bilhões).

Diante da continuidade dos impáctos da Covid-19, a Brasilcap endossou a vertente social da capitalização, com ações de solidariedade para minimizar os efeitos adversos da pandemia. No exercício de 2021, a Companhia destinou R\$ 515 mil para instituições do terceiro setor que atuam nas áreas da educação, esporte e, prioritariamente, saúde e assistência social.

Todas as ações seguem as diretrizes estabelecidas pela empresa em documentos normativos – referenciadas nos Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), nos indicadores do Instituto Ethos e da Global Reporting Initiative (GRI), e nas práticas recomendadas pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg). Sobre o PSI, a Brasilcap é pioneira nesta iniciativa, uma vez que foi a primeira empresa de capitálização a aderir aos Princípios – uma relação de orientações elaboradas pela Iniciativa Financeira da Organização das Nações Unidas (Unep-FI) e endereçadas ao mercado de seguros para o tratamento de riscos e oportunidades na gestão da sustentabilidade corporativa.

No âmbito de reconhecimentos institucionais, a Brasilcap conquistou, pelo 11º ano consecutivo, o Certificado de Empresa Cidadã, reconhecimento do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) que incentiva a excelência na qualidade das informações contábeis e socioambientais, publicadas nos relatórios anuais de empresas de todos os portes e segmentos do País. A Companhia foi bicampeã do XXII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, no segmento Previdência e Capitalização. Por fim, a Brasilcap ficou entre as três melhores na categoria "Serviços Financeiros – Capitalização" do prêmio "Empresas Mais", realizado pelo jornal O Estado de São Paulo.

O Estatuto Social da Brasilcap estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício após destinações legais. A política de gestão de capital e remuneração aos acionistas da Companhia estabelece diretrizes para a manutenção do Patrimônio Líquido em volume suficiente para garantir a solvência da Companhia e ativos líquidos livres, conforme estabelecido pelo órgão regulador, através das Resoluções CNSP nos 321/2015, 412/2021 e 432/2021.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, aos parceiros comerciais e aos nossos colaboradores.

> Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022 A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)									
Advan	Nota	04/40/0004	04/40/0000	Paratira	Nota	04/40/0004	04/40/0000		
Ativo	<u>explicativa</u>	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	<u>explicativa</u>	31/12/2021	31/12/2020		
Circulante	•	6.130.957	5.952.543	Circulante	13	8.107.690	8.351.927		
Disponível		37	413	Contas a Pagar		231.981 22.198	84.897 16.762		
Caixa e Bancos				Obrigações a Pagar Impostos e Encargos Sociais a Recolher		2.113	1.966		
Aplicações		6.092.191	5.929.382	Encargos Trabalhistas		4 120	4.316		
Créditos das Operações de Capitalização	. 0	8.635 8.635	10.761 10.761	Encargos Trabalhistas Empréstimos e Financiamentos	14	202 426	4.510		
Créditos das Operações de Capitalização		8.735	3.615	Impostos e Contribuições	17	202.420	60.607		
Outros Créditos Operacionais	9	19.239	6.626	Outras Contas a Pagar.		1.124	1.246		
Títulos e Créditos a Receber Créditos Tributários e Previdenciários	10	16.374	3.635	Débitos de Operações com Capitalização	12	1.487	5.898		
Outros Créditos			2.991	Débitos Operacionais		1.487	5.898		
Outros Créditos		2.865 2.120	1.746	Provisões Técnicas - Capitalização	15	7.872.886	8.261.132		
Não Circulante		3.540.507	3.958.005	Provisão para Resgates		7.755.464	8.113.872		
Realizável a Longo Prazo		3.536.143	3.954.946	Provisão para Sorteios		101.372	106.288		
Aplicações	5	2.182.944	2.800.346	Provisão Complementar de Sorteio		2	2		
Títulos e Créditos a Receber	9	1.340.936	1.154.600	Provisão para Distribuição de Bônus		16.048	40.970		
Créditos Tributários e Previdenciários	10	263.678	153.278	Outros Débitos		1.336			
Depósitos Judiciais e Fiscais		1.077.258	1.001.322	Débitos Diversos		1.336			
Outros Valores e Bens		12.263	1.001.022	Não Circulante		1.088.809	1.019.085		
Outros Valores e Bens		12.263	<u>-</u>	Exigível a Longo Prazo		1.088.809	1.019.085		
Investimentos		1.125	1.125	Contas a Pagar Outras Contas a Pagar	13		<u>283</u>		
Imóveis Destinados a Renda		82	82	Outras Contas a Pagar		1.088.809	283		
Outros Investimentos		1.043	1.043	Outros Débitos	11	1.078.029	1.018.802 1.018.802		
Imobilizado		3.198	1.763	Provisões Judiciais Débitos Diversos	11	1.076.029	1.010.002		
Imóveis de Uso Próprio	'	103	122	Patrimônio Líquido	16	474.965	539.536		
Bens Móveis		1.943	1.458	Capital Social.		254.393	231.264		
Outras Imobilizações		1.152	183	Aumento de Capital em Aprovação		100.005	201.204		
Intangível		41	171	Reservas de Lucros		211.494	261.945		
Outros Intangíveis		41	171	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(90.927)	46.327		
Total do Ativo		9.671.464	9.910.548	Total do Passivo	•••••	9.671.464	9.910.548		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Nota		
		31/12/2021	31/12/202
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	17	582.268	690.26
Arrecadação com Títulos de Capitalização		4.309.790	4.780.91
√ariação da Provisão para Resgate		(3.727.522)	
Variação das Provisões Técnicas	17	502	(4.85
Resultado com outras Provisões Técnicas		502	(4.85
Resultado com Sorteio		(59.640)	
Custo de Aquisição	17	(397.396)	
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17	44.442	28.22
Outras Receitas Operacionais		46.280	29.07
Outras Despesas Óperacionais		(1.838)	
Despesas Administrativas	17	(88.448)	
Pessoal Próprio		(52.050)	(50.82
Serviços de Terceiros		(28.778)	(24.68
ocalização e Funcionamento		(5.118)	(5.92
Publicidade e Propaganda		(748)	(4.84
Publicações		(439)	(26
Donativos e Contribuições		(855)	(2.00
Despesas Administrativas diversas		(460)	(34
Despesas com Tributos		(29.340)	(32.71
Resultado Financeiro		(37.829)	
Receitas Financeiras		1.081.178	755.47
Despesas Financeiras		(1.119.007)	
Resultado Patrimonial			(1
Despesas com Imóveis Destinados a Renda			(1
Resultado Operacional		14.559	265.52
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes		(2)	1
Resultado antes dos Impostos e Participações		<u> 14.557</u>	265.54
mposto de Renda		(2.179)	
Contribuição Social	10	(2.945)	
Participação sobre o Lucro		(5.921)	(5.59
Lucro Líquido do Exercício		3.512	158.80
Quantidade de ações *	16.2	400.340.000	324.000.00
Lucro Líquido por ação		0,0088	0.490

7.0	As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Fir		refericials				
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)						
Luc	ua lámida da Evansária	31/12/2021	31/12/2020				
Luc	ro Líquido do Exercício	3.512	158.80 ²				
Iten	s que poderão ser reclassificados para o Resultado:						
Res	ultados não realizados com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(228.759)	(9.366				
Impo	osto de Renda e Contribuição Social	` 91.505 [′]	`3.746				
Tota	Il do Resultado Abrangente do Exercício	(133.742)	153.18				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIX	ΛA.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ((Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 I		lhares de Rea	is)
_		Nota	04/40/0004	04/40/0000
!	Lucino I fondale de Esconfete		31/12/2021	
:	Lucro Líquido do Exercício		3.512	<u>158.801</u>
.	Ajustes para:		388.982	412.498
.	Depreciações e Amortizações		2.632	863
7	Ganho/(Perda) na alienação de Imobilizado e Intangível		_	(12)
7	Atualização Monetária sobre Tributos	45	(125)	30
⇃	Atualização Monetária sobre as Provisões Técnicas	15 15	406.582	423.729
,	Receita com a Prescrição de Títulos de Capitalização	15	(22.535)	(12.112)
2	Outros Ajustes	14	2.426	(427 629)
۱ ۱	Variação das Contas Patrimoniais:	-	<u>(564.082)</u>	<u>(427.638)</u>
X	Ativos Financeiros		454.593	10.836
7	Ajustes de Avaliação Patrimonial	•	(137.254)	(5.620)
3	Créditos das Operações de Capitalização	8	2.126	21.684
XI	Créditos Fiscais e Previdenciários		(12.739)	(1.508)
7	Ativo Fiscal Diferido	10	(110.400)	(23.465)
ΧI	Depósitos Judiciais e Fiscais	11	(75.800)	134.720
7	Despesas Antecipadas		(374)	(578)
XI	Outros Ativos		(17.258)	(1.372)
7	Contas a Pagar		4.602	(5.866)
,	Impostos e Contribuições		34.188	102.535
-	Outras Contas a Pagar		(122)	(35.440)
.	Débitos de Operações com Capitalização	12	(4.411)	(4.625)
	Provisões Técnicas – Capitalização	15	(772.293)	(492.492)
ואָ	Provisões Judiciais		70.007	(126.454)
)	Outros Passivos		1.053	/
	Caixa Gerado pelas Operações		(171.588)	143.661
	Impostos e Contribuições sobre o Lucro pagos		(94.844)	(47.602)
<u> </u>	Caixa Líquido (Consumido nas)/Gerado pelas Atividades Operacionais		(266.432)	96.059
)	Atividades de Investimentos		0.4	_
)	(+) Recebimento pela Venda:		21	5
<u>(</u>)	Imobilizado		21	5
	(-) Pagamento pela Compra:		(1.898)	(286)
)	lmobilizado		(1.879)	(274)
	Intangível		(19)	(12)
	Caixa Líquido (Consumido nas)/Gerado pelas Atividades		(4.0==)	(00.4)
	de Investimento		(1.877)	(281)
_	Atividades de Financiamento			
	Aumento de Capital em Aprovação	16.2	100.005	-
	Dividendos Intermediários Pagos		(29.951)	(95.379)
	Aquisição de Empréstimo		200.000	-
	Arrendamentos Pagos	3.2	(2.121)	
	Caixa Líquido (Consumido nas)/Gerados pelas Atividades			
	de Financiamento		267.933	(95.379)
)	Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(376)	399
	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		413	.14
<u> </u>	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		37	413

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)									
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Descrição	31/12/2021	31/12/2020				
1 - Receitas	4.332.158	4.792.931	10 - Valor Adicionado Total a Distribuir (8-9) 11 - Distribuição do Valor Adicionado	95.985	351.086				
Receitas com Operações de Título de Capitalização	4.328.889	4.805.504	11 - Distribuição do Valor Adicionado	95.985	351.086				
Devoluções e Cancelamentos	(19 099)	(24.593)	11.1) Pessoal	57.973	56.417				
Prescrição da exigibilidade das Provisões Técnicas	22.368	`12.020´	Remuneração Direta	25.401	24.840				
2 - Variacoes das Provisoes Tecnicas	(408.323)	(423.051)	Benefícios	5.997	6.253				
Juros e Variação Monetária das Provisões Técnicas	(408.323)	(423.051)	Encargos	10.354	10.669				
3 - Receita Líquida Operacional (1-2)	3.923.835	4.369.880	Participação sobre o Lucro	5.921	5.595				
3 - Receita Liquida Operacional (1-2)	(3.786.660)	(4.179.980)	Outros	10.300	9.060				
Despesas com Sorteios e Resgates	(3.787.162)	(4.175.128)	11.2) Impostos, Taxas e Contribuições	34.463	133.860				
Provisões de Bônus e Complementar de Sorteios	502	(4.852)	Federals	34.371	133.772				
5 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.119.736)	(593.423)	Estaduais	3	3				
Materiais, Energia e Outros	11.350	3.675	Municipais	89	<u>85</u>				
Serviços de Terceiros, Comissões Líquidas	(1.131.086)	(597.098)	11.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	37	2.008				
6 - Valor Adicionado Bruto (3-4-5)	(982.561)	(403.523)	Juros	4	2				
7 - Denreciação Amortização e Evalistão	(2 632)	(863)	Aluguéis	33	2.006				
8 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (6-7) 9 - Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência	(985.193)	(404.386)	11.4) Remuneração de Capitais Próprios	3.512	<u> 158.801</u>				
9 - Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência	1.081.178	755.472	Dividendos	834	61.544				
Receitas Financeiras	1.081.178	755.472	Lucros Retidos	2.678	97.257				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras									01.201
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCI	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)								
	Nota expli- cativa	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva	Outras Reservas	Reservas de Lucros Dividendos Adi- cionais Propostos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumu- lados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		231.264		46.253	118.435	33.925	51.947		481.824
Deliberação de Dividendos Adicionais referente ao exercício de 2019 (R\$ 0,13 por ação)		-	-	-	-	(33.925)	-	-	(33.925)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	(5.620)	.	(5.620)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	158.801	158.801
Dividendos pagos em 03 de agosto de 2020 imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício (R\$0,19 por ação)		-	-	-	-	-	-	(61.544)	(61.544)
Constituição de Reserva de Lucro					97.257		- 40.00=	<u>(97.257</u>)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>231.264</u>		46.253	215.692		46.327		<u>539.536</u>
Aumento de Capital em Aprovação conforme AGO/AGE de 31 de março de 2021		-	23.129	-	(23.129)	-	-	-	-
Aprovação do Aumento de Capital conforme Portaria SUSEP/CGRAJ nº 327 de 17 de agosto de 2021		23.129	(23.129)	-	-	-	-	-	400.005
Aumento de Capital em Aprovação conforme AGO/AGE de 31 de dezembro de 2021	. 16.2	-	100.005	-	-	-	(407.054)	-	100.005
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(00.000)	-	(137.254)	-	(137.254)
Distribuição Dividendos Intermediários por meio de Reservas de Lucros (R\$ 0,09 por ação)		-	-	-	(30.000)	-	-		(30.000)
Lucro Líquido do Exercício		-	-		-	-	-	3.512	3.512
Constituição da Reserva Legal		-	-	176	-	-	-	(176)	(00.4)
Dividendos Propostos – 25% Mínimo Obrigatório		-	-	-		-	-	(834)	(834)
Constituição de Reserva de Lucro					2.502			(2.502)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>254.393</u>	100.005	46.429	165.065		(90.927)		<u>474.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

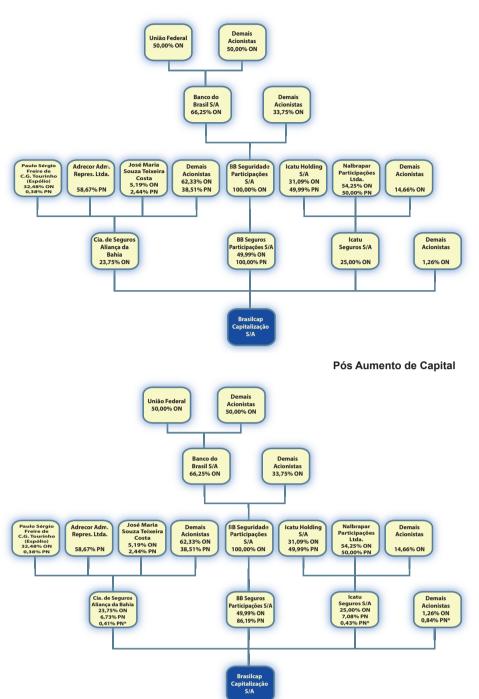
1. Contexto Operacional

A Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a instituir e comercializar planos de Capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de Capitalização. Está inscrita sob o CNPJ 15.138.043/0001-05 estabelecida na Rua Senador Dantas nº 105, 10º andar, Centro, RJ. A partir de janeiro de 2022 a Companhia funcionará em sua nova sede, localizada na Avenida República do Chile, nº 330, Bloco 1, sala 701, Centro, Rio de

Janeiro. A mudança de endereço deve-se a desocupação do atual imóvel requerida pelos proprietários. A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, a Icatu Seguros S.A. com 25,00%, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75%. Os demais acionistas detêm 1,26% das ações. A Composição Acionária completa, incluindo as Ações Preferenciais -PN, está demonstrada abaixo e na nota explicativa 16.

Devido ao Aumento de Capital em aprovação, demonstrado na nota 16.2, demonstramos a seguir o Organograma atual e pós o devido aumento.

Pré Aumento de Capital



* O número de ações preferenciais subscritas pela Cia. de Seguros Aliança da Bahia e pela Icatu Seguros S.A. pode ser reduzido em função do exercício do direito de preferência por acionistas minoritários, conforme Aviso aos Acionistas publicado em 04.01.2022, cujo prazo se encerra em 03.02.2022.

A Brasilcap ocupa, atualmente, uma posição de destaque no seu segmento de atuação e oferece títulos de capitalização que ajudam os clientes a realizarem seus projetos por meio da acumulação de reservas financeiras e de valores distribuídos em sorteios. O principal canal de venda e distribuição da Companhia é a rede de agências do Banco do Brasil, o qual é acionista controlador da BB Seguros Participações S.A..
Em janeiro de 2020, um surto causado pelo novo coronavírus (Covid-19) se espalhou pelo mundo. A Organização

Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma Pandemia. Neste contexto, diversos países, incluindo o Brasil, adotaram políticas de isolamento social para a contenção do novo

coronavírus, afetando o día a dia das pessoas e das empresas. Diante dessa conjuntura, o modelo de gestão da Brasilcap foi adaptado para manter a operação dentro da normalidade e ainda contemplar uma atuação mais focada. Foi definido um Plano específico de enfrentamento da Covid-19, sustentado sob os seguintes piláres: (i) cuidar dos nossos colaboradores; (ii) estar ao lado dos clientes e da sociedade; e (iii) garantir a sustentabilidade da Companhia. Em relação às nossas equipes, tivemos, como premissa, a redução do contato social, uma maior atenção ao

grupo considerado de risco e a manutenção da continuidade dos processos e negócios. A Companhia a partir do 2º semestre de 2021 iniciou um modelo de trabalho híbrido, alternando o modelo de trabalho remoto com o modelo presencial, sempre avaliando os impactos na nossa operação e a segurança dos nossos colaboradores, contribuindo com a sociedade e com as autoridades na contenção da Covid-19 e entregando os resultados com a mesma eficiência.

Nossos clientes continuaram sendo atendidos e apoiados em suas necessidades, e a capitalização mais uma vez cumpriu o seu papel social de fomentar a disciplina financeira. No cenário atual, os títulos de capitalização apresentaram-se como um grande aliado para trazer o suporte e a segurança financeira esperada por aqueles que já utilizam nossos produtos, além dos que passaram a adquirí-los a partir desta demonstração de valor. Sobre o átendimento, a Brasilcap manteve os níveis de serviço e satisfação dos nossos clientes, sendo reconhecida, no primeiro semestre de 2021, pelo segundo ano consecutivo, com o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, concedido pela revista Consumidor Moderno.

Adotar as medidas que sustentem o nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para a perenidade das operações, completam a atuação da Brasilcap. Os Projetos continuam sendo executados e as entregas estratégicas de tecnologia aceleraram o ritmo, com foco na transformação digital da Companhia.

Dessa forma, estamos monitorando e analisando os cenários que afetaram ou possam vir a afetar nossas operações, com avaliação periódica nos diferentes níveis de governança da Companhia. Até o momento, não houve e não se projetam impactos significativos que possam comprometer a sustentabilidade das operações e

A Companhia no campo social vinculada aos diversos problemas causados pela pandemia, destinou recursos a Incentivos Fiscais e Sociais, sendo eles: Fundo do Idoso, Lei de Incentivos ao Esporte e outras ações de

Responsabilidade Social e Ambiental - RSA. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística, os colaboradores e os clientes estão abordados na nota 4 - Gerenciamento de Riscos.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Em 12 de novembro de 2021, a SUSEP emitiu a Circular Nº 648, em substituição a Circular Nº 517/2015. O início da vigência da norma ocorre na data da publicação, para os artigos nºs 110 e 118 e, em 03 de janeiro de 2022 para os demais artigos. O novo normativo dentre outras providências, modifica o elenco de contas e os modelos das Demonstrações Financeiras. A Companhia não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrentes dos artigos nºs 110 e 118 acima mencionados.

2.2. Base de mensuração As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens

- materiais reconhecidos nas Demonstrações Financeiras: · Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Os Instrumentos Financeiros disponíveis para a venda; e
 Os Instrumentos Financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio de resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo, a não ser que, explicitamente, indicada em contrário

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras As Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas para

divulgação pelo Conselho de Administração, em reunião datada de 02 de fevereiro de 2022. 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela SUSEP, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para os registros de certas transações que afetam os Ativos e os Passivos, as Receitas e as Despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras encontram-se nas

- Notas explicativas 11 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes;
- Nota explicativa 6 Avaliação do valor justo de determinados Instrumentos Financeiros; e
 Nota explicativa 10 Reconhecimento e avaliação de Créditos Tributários Diferidos.

Revisões periódicas são feitas sobre as estimativas e premissas, reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem

2.6. Gestão do Capital Na Gestão do Capital, a Companhia observa a alocação de Capital Baseado em Risco, conforme normas vigentes da SUSEP, tendo como objetivo manter o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR - Capital Mínimo Requerido. Em 30 de junho de 2021 foi publicada a resolução CNSP nº 412/2021, que alterou a forma de apuração do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA para cobertura do Capital Mínimo Requerido – CMR. Entre as alterações foram incluídos novos conceitos de capital, com três níveis de qualidade: PLA nível 1, correspondente ao Patrimônio Líquido da Companhia, deduzido dos ajustes contábeis e acrescido ou deduzido do valor da mais ou menos valia dos ativos mantidos até o vencimento pela Companhia; PLA nível 2, para comportar os ajustes econômicos ao PLA, decorrentes de superávits dos fluxos realistas dos passivos, tanto para fluxos registrados quanto para não registrados (decorrentes de parcelas não recebidas dos títulos de capitalização já emitidos); e PLA nível 3 para outros ajustes positivos previstos na norma, limitados a 15% do CMR. Esta mesma resolução alterou, também o limite para utilização dos superávits dos fluxos realistas, tudo com vigência a partir de 1º de dezembro de

2021. Porém, em 12 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CNSP nº 432/2021, oferecendo às empresas reguladas a possibilidade de aplicar os novos limites para uso dos superávits dos fluxos realistas a partir de 03 de jañeiro de 2022, conforme a opção de cada Companhia. Tendo sido a opção da Brasilcap postergar para 03 de janeiro de 2022 a aplicação dos novos limites. Tão logo publicada a Resolução CNSP nº 412/2021, a Brasilcap iniciou estudos para verificar os efeitos da nova

resolução sobre o indicador de solvência da Companhia, identificando que, por efeitos dos novos limites impostos, poderia ser observada uma insuficiência de PLA em 31 de dezembro de 2021. Os estudos seguiram durante todo o segundo semestre do ano e serviram de base para a decisão dos sócios de aportar capital para reforço do PLA nível 1, de forma a não permitir que o indicador de solvência da Companhia ficasse abaixo de 100% em dezembro de 2021, momento que entraram em vigor as novas exigências. Conforme observado no fechamento do exercício, caso não tivesse sido efetuado o aporte de R\$ 100.005 pelos

sócios, o Índice de Solvência da Brasilcap teria sido 84% em 31 de dezembro de 2021. Caso a nova regra não tivesse entrado em vigor naquele momento e sem o aporte aqui referido, o índice de solvência teria sido de 139%, evidenciando que a necessidade de aporte decorreu da nova norma de exigência de capital emitida pelo CNSP. A Companhia fez testes considerando os novos limites para os superávits dos fluxos realistas dos passivos, cuja

aplicação será adotada pela Companhia a partir de 03 de janeiro de 2022, não tendo sido constatada variação material no índice de solvência. Apesar da grande diferença entre os limites vigentes dos ajustes econômicos decorrentes dos superávits dos fluxos realistas do passivo e os novos limites válidos a partir de 03 de janeiro de 2022, o efeito sobre o índice de solvência não se mostra significativo para a Companhia. Isso se explica pela aplicação do limite estabelecido para o PLA níveis 2 e 3, cuja soma não pode ser maior que 50% do CMR, de forma que esse excedente passou a ser retirado do PLA a partir da entrada em vigor da resolução CNSP nº 412/2021.

A suficiência de capital, para a data-base 31 de dezembro de 2021 foi calculada de acordo com as novas normas CNSP para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), em seus níveis de qualidade: 31/12/2021 Exigência de Capital Mínimo Requerido **474.965** (243.384) 77.272 **539.536** (113.747) 147.938 Ajustes Econômicos Ajuste do excesso do PLA níveis 2 e 3 (83.916)224.937 1. Patrimônio Líquido Ajustado Capital Adicional de Risco de Crédito
Capital Adicional de Risco de Subscrição 33.842 31.949 56.876 36.670 Capital Adicional de Risco de Mercado..... 220.372 Capital Adicional de Risco Operacional..... Benefício da Correlação entre Riscos..... 15.292 (37.758) 20.340 (57.916) 276.341 207,62% 297.386 2. Capital de Risco. 149.548 Solvência = Razão entre PLA e CMR - %..... Excesso de Capital - R\$ mil.... 75.389

A exigência de ativos livres líquidos superiores a 20% do CR foi revogada pelo CNSP a partir de dezembro de 2021 passando a ser exigida a cobertura das provisões técnicas abaixo demonstradas: Exigência de cobertura de provisões técnicas 31/12/2021 8.166.060 7.872.886 Excesso de cobertura

A volatilidade observada no mercado financeiro nos últimos meses de 2021, afetaram diretamente os preços dos ativos de investimentos, impactando de forma significativa a solvência regulatória e o índice de cobertura das reservas. Tal volatilidade refletida na precificação de ativos se materializou em outubro de 2021, levando a Companhia a adotar previamente medidas de recomposição de seus ativos garantidores, incluindo a realização de operação de linha de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no montante de R\$ 200.000, o que garantiu a suficiência de ativos para a cobertura das reservas e nível de liquidez da Companhia. Posteriormente, o aumento de capital aportado pelos sócios contribuiu para elevação do nível dos ativos garantidores, resultando no excedente de R\$ 293.174 em dezembro de 2021, acima da exigência regulatória.

3. Principais Práticas Contábeis A descrição das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras está informada nas respectivas notas explicativas. As práticas contábeis adotadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras do exercício, à exceção da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2021, do Pronunciamento Técnico nº 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Normas e interpretações revisadas já emitidas, mas que não foram referendadas pela SUSEP até 31 de dezembro de 2021 e por isto não estão sendo adotadas de forma antecipada pela Companhia.

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Esta norma entrou em vigor, em 01 de janeiro de 2019, em conformidade com a Resolução nº NBC TG 48, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Federal de Contabilidade, mas ainda não foi referendada pela SUSEP, que prevê a sua adoção em conjunto com o novo CPC 50 de Contratos de Seguros equivalente ao IFRS 17.

o CPC 50 - Contratos de Seguros - Com previsão de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023, conforme o *International Accounting Standard Board – IASB*. O CPC 50 ainda não foi referendado pela SUSEP.

• ICPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas ainda não foi referendada pela SUSEP.

3.2. Novos ou revisados pronunciamentos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2021

• CPC 06 (R2) Arrendamentos - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme o *International Accounting Standard Board* – IASB, e foi referendada pela SUSEP para entrada em vigor, para a entidades supervisionadas pela SUSEP, a partir de 1º de janeiro de 2021.

A norma introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais. O modelo exige do arrendatário o reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de

arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Na transição para a aplicação da norma, a Companhia reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direto de uso dos ativos identificados conforme definição de contrato de arrendamento prevista no CPC 06 (R2). A Companhia aplicou a norma em 1º de janeiro de 2021, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Em virtude da opção pela mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso com base nos pagamentos de arrendamento remanescentes ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto incremental de captação sobre o passivo financeiro do arrendatário em 1º de janeiro de 2021 previsto no respectivo CPC, não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021.

A Administração optou por utilizar o expediente práticó de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como contratos de arrendamento com curta duração (inferiores a 12 meses). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Administração na mensuração inicial do ativo de direito de uso e respectivos passivos de arrendamento na data de aplicação inicial (1º de janeiro de 2021) utilizou a taxa incremental de desconto para captação de empréstimos, pois a taxa de juros implícita dos contratos não pode ser determinada imediatamente. Os efeitos contábeis oriundos da aplicação do CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2021 estão demonstrados

conforme abaixo:

conforme abaixo:			
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
ATIVO	01/01/2021	CPC 06(R2)	01/01/2021
Total do ativo circulante	5.952.543		5.952.543
Ativo não circulante			
Outros Valores e Bens			
Contratos de Aluguéis Imóveis	-	2.253	2.253
Contratos de Equipamentos de Tecnologia	-	585	585
Contratos de Veículos		101	101
Demais ativos não circulantes	3.958.005	-	3.958.005
Total do ativo não circulante	3.958.005	2.939	3.960.944
Total do Ativo	9.910.548	2.939	9.913.487
PASSIVO			
Passivo circulante			
Débitos Diversos	-	1.996	1.996
Demais passivos circulantes	8.351.928	-	8.351.928
Total do passivo circulante	8.351.928	1.996	8.353.924
Passivo não circulante			
Débitos Diversos	-	943	943
Demais passivos não circulantes		-	1.019.084
Total dos passivos não circulantes	1.019.084	943	1.020.027
Patrimônio líquido	539.536		539.536
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	9.910.548	2.939	9.913.487

Total do Passivo e Patrimônio Líquido Em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional conforme prática contábil adotada até 31 de dezembro de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu R\$ 2.055 de despesas de amortização de seus direitos de uso e R\$ 204 de juros destes arrendamentos. Adicionalmente, os montantes pagos referente a esses arrendamentos totalizaram R\$ 2.121 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia a partir de janeiro de 2022 passará a utilizar as novas instalações de sua Sede social, o novo contrato foi registrado como arrendamento no exercício 2021, sendo que não houve desembolsos financeiros, bem como despesas de depreciações e juros em decorrência de sua não utilização neste exercício. Os valores reconhecidos no ativo e passivo referente a este contrato são de R\$ 11.253, registrado no grupo Outros Valores e Bens, no Ativo Não Circulante e em Débitos Diversos, nos Passivos Circulante e não Circulante, nos valores de R\$ 700 e

R\$ 10.553, respectivamente. 4. Gerenciamento de Riscos

4.1. Governança dos Riscos

A estrutura de governança de riscos da Companhia contempla os Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Legal, Subscrição e Operacional.

Por princípio e observância das boas práticas de Gestão de Riscos, a estrutura e processos de gestão e governança contemplam os seguintes aspectos:

Segregação de funções: negócio x risco;

- Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;
- Decisões colegiadas; Política de Gestão de Riscos:
- · Declaração de Apetite a Riscos;
- Normas de Gestão de Riscos;
- Norma de apuração da Solvência e Liquidez com base no CMR;
- · Norma de análise prévia de mudanças, e · Referência às boas práticas de gestão.

A estrutura atual de Gestão de Riscos é constituída pelas Gerências de Riscos Corporativos e de Controles Internos e Compliance, subordinada diretamente ao Gerente Executivo de Riscos e Controles. Atualmente, a função de Gestor de Riscos prevista na Circular SUSEP nº 517/2015 é exercida pelo Diretor de Gestão de Riscos e Controles Internos. Além da Diretoria da Companhia, a Governanca dos Riscos é realizada através da estrutura de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, que conta com Comitê de Riscos - CORIS e Comitê de Auditoria - COAUD. O Gestor de Riscos é membro do Comitê de Riscos, para o qual relata os principais aspectos da Gestão de Riscos e possui acesso direto e independente ao Conselho de Administração, conforme definido na Política de Gestão de Riscos.

A Auditoria Interna, órgão permanente da Companhia, é responsável por avaliar e emitir pareceres periódicos sobre os processos de gestão de riscos. Os pontos identificados pelos auditores internos são registrados como recomendações de auditoria interna e geram ações administrativas e gerenciais de melhoria, para tratamento das causas e efeitos de cada fragilidade observada.

4.2. Risco de Mercado Política de Riscos de Mercado

A Política de Liquidez e Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, contempla todos os Ativos

Financeiros e a utilização de Instrumentos Derivativos para fins de proteção (hedge).

A Gerência de Riscos é responsável pelo acompanhamento e verificação do enquadramento da carteira às normas internas e regulamentares e aos limites de exposição aos riscos aprovados pela Companhia. As informações sobre exposição a riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados ao Gerente de Finanças, ao Diretor de Controladoria, Finanças e Atuária Corporativa, à Diretoria, ao Presidente da Companhia, ao Gestor de Riscos e aos Órgãos de Governança.

Exposição aos Riscos de Mercado

A demonstração da exposição aos Riscos de Mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no

quadro a seguir:				
Fatores de Risco		31/12/2021		31/12/2020
Taxa de Juros Pré-Fixada	4.809.410	58,23%	6.572.176	76,05%
Taxa de Juros Pós-Fixada	3.198.910	38,73%	1.368.499	15,84%
Cupom de IPCA	102.639	1,24%	627.270	7,26%
Caixa/Compromissadas 1 dia	148.521	1,80%	73.474	0,85%
Total	8.259.480	100,00%	8.641.419	100,00%
•				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de R

(105.446)

50.064

As exposições às taxas de juros prefixadas encontram-se parcialmente protegidas por operações de *hedge* em DI Futuro, discriminadas na nota 5.5, equivalente a 24,9% do volume em exposição em 31 de dezembro de 2021 e 5,0% em 31 de dezembro de 2020.

<u>Ánálise de Sensibilidade</u>
Para elaboração da Análise de Sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros e os cupons de juros dos papéis indexados a índices de inflação sofreriam aumento ou redução da ordem de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual). Esta metodologia não faz juízo de qual choque poderia ocorrer sobre os fatores de riscos, atribuindo variação unitária a esses fatores e considerando que variações de outra grandeza teriam impactos proporcionais sobre os montantes da carteira de investimentos. Os resultados dos testes nos últimos períodos estão demonstrados na tabela a seguir:

31/12/2021 31/12/2020 Efeito sobre o Patrimônio Líquido Antes do Antes do em Milhares de Reais Elevação das Taxas de Juros em 1 ponto percentual: Após IR/CS IR/CS Após IR/CS IR/CS (34.611)(57.685)Taxa de Juros Pré-Fixada... (92.868)(154.780)Taxa de Juros Pós-Fixada..... (5) (740) (1.430)(1.234)(2.383)Cupom de IPCA. TR Passivo (Títulos de Capitalização) 96.588 **61.232** 160.980 102.052 (45.619)Redução da Taxa em 1 ponto percentual: 35.520 59.199 97 697 162.828 Taxa de Juros Pré-Fixada... Taxa de Juros Pós-Fixada..... (133)(221) 2.417 Cupom de IPCA. 757 1.261 1.450 TR Passivo (Títulos de Capitalização) (68.976)(114.960)

O quadro, abaixo, demonstra a composição de Ativos e Passivos da Companhia:

		31/12/2021		31/12/2020
Ativo Total	9.671.464	100,00%	9.910.548	100,00%
Aplicações Financeiras	8.259.480	85,40%	8.641.419	87,19%
Fundo de Renda Variável (1)	15.655	0,16%	88.309	0,89%
Depósitos Judiciais (2)	1.077.258	11,14%	1.001.322	10,10%
Demais Ativos (4)	319.071	3,30%	179.498	1,82%
Passivo Total	9.671.464	100,00%	9.910.548	100,00%
Provisões Técnicas	7.872.886	81,40%	8.261.132	83,36%
Provisões Judiciais Fiscais (3)	1.076.820	11,14%	1.017.875	10,27%
Demais Passivos (5)	246.793	2,55%	92.005	0,93%
Patrimônio Líquidò	474.965	4,91%	539.536	5,44%

(63.267)

As oscilações dos Fundos de Renda Variável (1) e das Provisões de Bônus são reconhecidas nos resultados da Companhia em igual valor. Os resultados destas oscilações são totalmente creditados ou debitados aos titulares

Os valores registrados no Ativo como Depósitos Judiciais (2) e, no Passivo, como Provisões Judiciais Fiscais (3) são contas de mesma natureza. Uma vez efetuado o depósito judicial, qualquer alteração na sua remuneração afetará tanto a obrigação quanto o ativo representado pelo depósito judicial, com efeito reduzido sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Essas características e o fato desses ativos e passivos não poderem ser negociádos justificam sua exclusão para fins do Teste de Análise de Sensibilidade.

A Companhia avaliou a exposição aos riscos dos Demais Ativos (4) e Demais Passivos (5) e concluiu não haver necessidade de se efetuar Testes de Análise de Sensibilidade, em face da pequena representatividade tanto na estrutura patrimonial como nas operações da Companhia e por se tratar de contas que, devido as suas naturezas, não estão sujeitas aos efeitos dos fatores de Risco de Mercado.

4.3. Risco de Liquidez Gestão do Risco de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez utiliza a análise de ALM (Asset Liability Management) como instrumento para avaliar o nível de descasamento de prazos e de exposição entre ativos e passivos, por meio do qual a Companhia avalia continuamente sua capacidade financeira para manter em carteira títulos classificados na categoria mantidos até

As tabelas, abaixo, demonstram os fluxos de caixa dos ativos em seus respectivos vencimentos e o fluxo de caixa das saídas das Provisões Técnicas, considerando seus prazos contratuais.

	31/12/2021				<u>11 31/12/202</u>			
		Acima 1	Acima de			Acima 1	Acima de	
Aplicações Financeiras	Até 1 ano	até 3 anos	3 anos	Total	Até 1 ano	até 3 anos	3 anos	Total
Títulos de Renda Fixa								
– Públicos	3.854.789	2.894.631	1.381.933	8.131.353	2.433.688	2.615.480	3.463.060	8.512.228
Títulos de Renda Fixa								
– Privados	_	82.488	43.477	125.965	_	_	129.191	129.191
Fundo de Renda								
Variável	15.655	_	_	15.655	33.334	_	_	33.334
Fundo Não Exclusivo		_	_	2.162	54.975	_	_	54.975
Total		2 977 119	1 425 410			2 615 480	3 592 251	
Provisões Técnicas	0.072.000	2.0771110	11-1201-110	0.210.100	2.021.001	2.010.100	0.002.201	0.1120.1120
Provisão Matemática								
para Capitalização	2 013 133	4 103 423	65 607	7.172.163	3 545 674	3.979.850	42 290	7.567.814
Provisão para Resgates		4.133.423	05.007	583.301	546.058	3.373.030	42.230	546.058
	363.301	-	-	303.301	340.036	-	-	340.030
Provisão para	10 101	4 740	900	46.040	22.460	10 151	0.656	40.070
Distribuição de Bônus	10.491	4.748	809	16.048	22.160	16.154	2.656	40.970
Provisão para Sorteios	00 505	00.050		04.450	04.070	00.040	4.000	
a Realizar	26.505	63.950	998	91.453	24.878	69.842	1.830	96.550
Provisão para Sorteios								
a Pagar	9.919	-	-	9.919	9.738	-	-	9.738
Provisão Complementar								
de Sorteios	2			2	2			2
Total	3.543.351	4.262.121	67.414	7.872.886	4.148.510	4.065.846	46.776	8.261.132

As Provisões Técnicas são reconhecidas integralmente no Passivo Circulante em razão dos titulares terem o direito de solicitar o resgate a qualquer tempo, obedecidas as condições gerais do plano de capitalização. A Companhia analisa e reconhece o descasamento de prazos entre ativos e passivos e entende que os Títulos Públicos Federais classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda, presentes na carteira de investimentos, são ativos líquidos e apresentam volume suficiente para cobertura de

eventuais necessidades financeiras que venham a existir.

4.4. Risco de Crédito Política de Risco de Crédito

Aplicação em títulos que envolvam exposição ao Risco de Crédito na Carteira de Investimentos da Companhia deverá seguir os parâmetros estabelecidos pelo Comitê Financeiro, em conformidade com a legislação vigente e dentro dos limites estabelecidos pela Declaração de Apetite a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração

Sistemas de Mensuração

A Companhia avalia sua exposição em Títulos Privados baseada nas notas de *rating* das principais agências do mercado, na análise do Gestor da Carteira, utilizando como referência a nomenclatura local de classificação de rating e apura o risco conforme modelo padronizado de avaliação de riscos de crédito da SUSEP. Exposição

Rating	31/12/2021	31/12/2020
AAA	98.500	92.443
AA	5.746	27.007
A	11.637	-
BB	-	9.741
В	10.082	-
Total	125.965	129.191
A classificação de rating adotada pela Companhia nesta nota explicativa é baseada	nas escalas	nacionais das

principais agências emissoras de ratings no país. Os ratings AAA, AA, A e BBB são classificados como grau de investimento, sendo o AAA o menor risco, e BB e B classificados como grau especulativo, sendo BB o menor risco nesta classe A Companhia possui Debêntures de emissão da Oi S.A., classificadas no rating B do quadro acima, cujo valor, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 10.082 e em 2020 era de R\$ 9.741 com rating BB, conforme precificação da BB DTVM, já considerando todos os eventos posteriores à aprovação do plano de recuperação judicial da emissora.

<u>Concentração</u> Além das exposições aos Títulos Privados demonstrada na tabela inserida acima, a Companhia possui aplicações em Títulos Públicos, Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos e Renda Variável, conforme

demonstrado na nota explicativa 5 - Aplicações. 4.5. Risco Operacional

A Gerência Executiva de Riscos e Controles é responsável pelo apoio às demais áreas da Companhia, para execução do processo de identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos Riscos Operacionais. A Companhia implantou, em 2017, o sistema de registro de perdas operacionais, conforme a Circular SUSEP nº 521/2015 e alterações posteriores (a Circular SUSEP nº 648/2021 revoga a partir de 03 de janeiro de 2022 a Circular SUSEP nº 521/2015, à exceção dos artigos nºs 100 e 118, que entraram em vigor na data da publicação da referida Circular nº 648/2021), cuio produto principal é o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), de responsabilidade da Gerência de Riscos.

A Companhia adota medidas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, obedecendo aos parâmetros estipulados pela Circular SUSEP nº 612/2020, publicada em sua intranet a Norma de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e disponibiliza Canal de Ética para registro de denúncias.

4.6. Impacto do Covid-19 na Brasilcap

Impactos na Continuidade de Negócios A Brasilcap conta com um plano de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises, cuja equipe responsável se reúne, periodicamente, para avaliar e testar os processos críticos da Companhia, buscando mante-la em funcionamento em situações de crise. A partir do 2º semestre de 2021 a Companhia, adotou uma modalidade de trabalho híbrida, conjugando o trabalho remoto e presencial para o seu corpo funcional, não foram necessárias alterações significativas em nenhuma política ou processo, mantendo a continuidade do negócio, incluindo as atividades relacionadas à área contábil.

Até o momento não foram identificadas falhas atípicas ou deficiências significativas em processos. E quanto aos sistemas corporativos, não houve impacto no ERP, Gerenciador Financeiro e/ou demais sistemas utilizados pela Companhia. Em relação aos serviços contratados pela Brasilcap, não foi detectada, até o presente momento, nenhuma descontinuidade, que possa impactar de forma relevante a Companhia, bem como nenhum indício de que isso

Impactos nas Demonstrações Financeiras
A capacidade da Administração para a realização do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras
da Companhia não foi afetada. O andamento das atividades ocorreu de acordo com o cronograma inicialmente previsto para as publicações. A elaboração e o fechamento dos balancetes mensais do exercício de 2021 transcorreram dentro dos prazos

regulares, sem gualquer atraso. Ressalte-se que os processos, especificamente, de Controladoria, Finanças, Contabilidade e Atuarial, estão

contemplados em planos de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises, sendo grande parte deles considerados críticos e testados periodicamente. Até a presente data, não foi necessária qualquer mudança nos tratamentos ou abordagens contábeis e não houve impactos relacionados à produção dos diversos insumos gerados pelas áreas internas da Companhia, não obstante a adoção do trabalho remoto.

Capacidade de Enfrentamento da Crise

A estratégia de longo prazo da Companhia está mantida. Entretanto o modelo de gestão foi adaptado para contemplar uma atuação ainda mais focada, considerando a necessidade de um maior volume de operações digitais. Foi elaborado um plano específico de enfrentamento a Covid-19, que apresenta as iniciativas priorizadas pela Companhia, cuja condução se dá por meio dos seus administradores, gestores e respectivas equipes, com acompanhamento técnico e pessoal, objetivando proporcionar tranquilidade ao corpo funcional, possibilitando a manutenção satisfatória do nível de prestação de serviços.

5. Aplicações

5.1. Classificação da Carteira

Conforme determinado pela circular SUSEP nº517/2015, Capítulo II, Seção I, Subseção VI, Art. 134, § 3º, os ativos mantidos, essencialmente, com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante.

A Companhia possui a capacidade financeira e tem a intenção de manter até o vencimento os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", honrando todos os compromissos, sem a necessidade de alienar os referidos títulos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 vigente até 31 de dezembro de 2021.

A Companhia classifica suas aplicações da		ma:					
	1 a 30	24 -	404 -				
Vencimentos	dias ou sem ven- cimento	31 a 180 dias		Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
31/12/2021				<u>000 alas</u>	Contabil		
Debêntures	_	_	_	106.766	106.766	106.766	1,29
Depósito a Prazo com Garantia							-,
Especial (DPGE)	_	_	_	19.199	19.199	19.199	0,23
Fundo Exclusivo de Renda Fixa							,
- Composição:							
Operação Compromissada (*)	147.879	-	-	-	147.879	147.879	1,79
Ajuste de DI FUTURO		-	-	(53)	(53)	(53)	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	94.383	229.335	323.718	323.718	3,91
Letra do Tesouro Financeiro (LFT)	-	-	-	1.310.663	1.310.663	1.310.663	15,84
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)		-	-	50.078	50.078	50.078	0,61
Saldo de Caixa		-	-	-	319	319	-
Outros Valores e Bens		-	-	-	1	1	-
Valores a Pagar	(47)	-	-	-	(47)	(47)	-
Fundo Exclusivo de Renda Variável							
- Composição:							
Operação Compromissada (*)	1.379	-	-	-	1.379	1.379	0,02
Ajuste de DI FUTURO		-	-	-	. 16	16	-
Saldo de Caixa		-	-	-	1.421	1.421	0,02
Valores a Receber		-	-	-	825	825	0,01
Valores a Pagar		-	-	-	(800)		
Ações Companhias Abertas		-	-	-	12.814	12.814	0,15
Fundo Não Exclusivo	2.162				2.162	2.162	0,03
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo	405.000		04.000	4 745 000	4 070 040	4 070 040	22.00
por Meio do Resultado				1.715.988			23,89
Letras do Tesouro Nacional (LTN)				1.341.405 52.561	52.561	50.078	44,01
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)		-	-	788.978	788.978	750.587	0,64 9,53
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) Total de Títulos Mantidos até o Vencimento			622 205				54,18
Letras do Tesouro Nacional (LTN)				1.016.692			12,29
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)				797.515	797.515	797.515	9.64
Total de Títulos Disponível para Venda							21,93
Circulante	1 845 408		716 588	3 530 195	6.092.191	6.091.265	73,62
Não Circulante			. 10.000	1.814.207 3.530.195 2.182.944	2 182 944	2 076 957	26,38
Total da Carteira	1.845.408			5.713.139	<u> </u>	2.010.001	100,00
		Titula a D			5.27 5.150	J. 1001222	.00,00
(*) As Operações Compromissadas são last		i ituios P	udiicos F	ederais			

(*) As Operações Compromissadas são lastreadas por Títulos Públicos Federais 1 a 30										
Vencimentos	dias ou sem ven- cimento			Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%			
<u>31/12/2020</u>										
Debêntures	-	-	-	129.191	129.191	129.191	1,48			
Fundo Exclusivo de Renda Fixa - Composição										
Operação Compromissada (*)	1.235.570	-	-	-	1.235.570	1.235.570	14,15			
Ajuste de DI FUTURO	-	-	-	(3)			-			
Letra do Tesouro Nacional (LTN)		-	-	302.191	525.121	525.121	6,01			
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	26.700	26.700	26.700	0,31			
Saldo de Caixa	56	-	-	-	56	56	-			
Fundo Exclusivo de Renda Variável - Composição										
Operação Compromissada (*)	3.739	-	-	-	3.739	3.739	0,04			
IBOV Futuro	-	(13)	-	-	(13)	(13)	-			
Saldo de Caixa	187	` -	-	-	187	187	-			
Valores a Receber	1.014	-	-	-	1.014	1.014	0,01			
Valores a Pagar	(1.142)	-	-	-	(1.142)	(1.142)	(0,01)			
Ações Companhias Abertas	29.549	-	-	-	29.549	29.549	0,34			
Fundo Não Exclusivo	54.975				54.975	54.975	0,63			
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo										
por Meio do Resultado	1.546.826	(13)		458.079	2.004.892	2.004.892	22,96			
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	347.919	2.105.717	2.453.636	2.614.529	28,11			
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	627.270	-	-	627.270	645.156	7,19			
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)				694.629	694.629	<u>758.970</u>	7,96			
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento		<u>627.270</u>	<u>347.919</u>	2.800.346	3.775.535	<u>4.018.655</u>	43,26			
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)				2.949.301	2.949.301	2.949.301	33,78			
Total de Títulos Disponível para Venda	-	-	-	2.949.301	2.949.301	2.949.301	33,78			
Circulante	1.546.826	627.257	347.919	3.407.380	5.929.382	5.960.542	67,92			
Não Circulante				2.800.346	2.800.346	3.012.306	32,08			
Total da Carteira	1.546.826	627.257	347.919	6.207.726	8.729.728	8.972.848	100.00			

(*) As Operações Compromissadas são lastreadas por Títulos Públicos Federais A redução do Ativo Não Circulante no valor de R\$ 617.403, em 31 de dezembro de 2021, em comparação com o correspondente saldo de 31 de dezembro de 2020 é explicada pelos seguintes fatores: a reclassificação dos ativos financeiros que compõem o portfólio da empresa com prazo menor do que 365 dias de Não Circulante para Circulante (vencimentos em 2022) e recebimento de juros periódicos dos ativos. No decorrer de 2021, as mudanças das condições macroeconômicas, com a elevação das taxas de juros em

intensidade e velocidade superior às expectativas, aliadas a implementação da Resolução CNSP nº 412/2021, levaram a Companhia, em prol da redução de risco e do equilíbrio da gestão de capital, a utilizar a estratégia de substituição do lucro líquido obtido durante o ano pelo PLA. Para que esta estratégia fosse executada foram necessárias mudanças na carteira de investimentos, onde foi realizada a sua reconfiguração, que consistiu na venda de ativos longos para posterior aquisição de ativos mais curtos com rentabilidade superior, aumentando o índice de solvência.

Após a aprovação dessa estratégia pela governança da Companhia, foi vendido um montante de títulos e valores mobiliários pré-fixados e classificados na categoria de disponível para venda, no montante de R\$ 1.120.785. Esse movimento gerou uma despesa financeira de R\$ 257.592 (Nota explicativa nº 5.3 Coluna: Ganhos/(prejuízos), e um crédito no Patrimônio Líquido, por meio da rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimôniol, no valor de R\$ 154.555).

5.2. Taxas de juros contratadas

As taxas médias de aquisição dos Títulos e Valores Mobiliários da carteira foram calculadas com base nas seguintes premissas A ponderação das taxas foi feita levando-se em conta Títulos Públicos e Privados, segmentados por tipo de

indexador: e

· As taxas foram ponderadas pela sua representatividade financeira na carteira.

		iaxa %
Indexador	31/12/2021	31/12/2020
Títulos Privados - Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:		
% CDI	120,56	144,57
CDI +	1.89	2.47
Títulos Públicos - Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:	,	,
Selic +	0.08	-
IPCA +	5.66	-
Pré	11.65	3.19
Títulos Públicos - Títulos mantidos até o vencimento:	,	-, -
IPCA +	1.84	6.11
Pré	8.92	9.26
Títulos Públicos - Títulos disponíveis para a venda:	-,	-,
Pré	6.80	6.78
	-,	-,

Títulos Públicos - Títulos disponíveis para a venda:					0,32	3,20		
Pré							6,80	6,78
5.3. Movimentações das	Aplicações	Financeira	ıs					
Títulos Mensurados a	31/12/2020	Aplica- ções	Resgates	Juros/ Amor- tizações	Rendi- mentos	Ganho/ (Pre- juízo)	Ajuste TVM	<u>31/12/2021</u>
Valor Justo por Meio	2 004 902	E 020 274	(E 400 0E0)	(A EE7)	44 427	44	4.054	4 076 240
do Resultado Títulos Renda Fixa	2.004.892	5.039.374	(5.108.858)	(4.557)	41.421	11	<u>4.051</u>	<u>1.976.340</u>
- Privados	129.191	18.000	(28.793)	(4.557)	8.062	11	4.051	125.965
Quotas de Fundos			,	, ,				
de Investimentos	<u> 1.875.701</u>	<u>5.021.374</u>	(5.080.065)		33.365			<u>1.850.375</u>
Títulos Mantidos até								
o Vencimento			(1.025.605)					4.484.588
Títulos Públicos	3.775.535	1.436.030	(1.025.605)	<u>(68.103</u>)	300.737			<u>4.484.588</u>
Títulos Disponíveis para Venda								
(nota explicativa nº 5.1)	2 949 301	1.276.010	(1.866.247)	(215.807)	182.767	(283.059)	(228.758)	1.814.207
Títulos Públicos		1.276.010	(1.866.247)			(283.059)	(228.758)	
Total						(283.048)		
				Juros/		Ganho/		
Títulos Mensurados a	31/12/2019	Aplica- ções	Resgates	Amor-	Rendi- mentos	(Pre- juízo)	Ajuste TVM	31/12/2020

Títulos Mantidos até								
o Vencimento	3.775.535	1.436.030	(1.025.605)	(68.103)	366.731			4.484.588
Títulos Públicos	3.775.535	1.436.030	(1.025.605)	(68.103)	366.731	_	-	4.484.588
Títulos Disponíveis			,					
para Venda								
(nota explicativa nº 5.1)	2 949 301	1.276.010	(1.866.247)	(215.807)	182.767	(283.059)	(228.758)	1.814.207
Títulos Públicos								1.814.207
Total								8.275.135
1044	0.120.120	7.701.414	(0.000.7 10)		000.020			0.270.100
				Juros/		Ganho/		
		Aplica-			Rendi-		Ajuste	
	<u>31/12/2019</u>	<u> </u>	Resgates	<u>tizações</u>	<u>mentos</u>	juízo)	TVM	<u>31/12/2020</u>
Títulos Mensurados a								
Valor Justo por Meio								
do Resultado	1.012.807	<u>6.240.585</u>	(5.283.417)	(5.669)	<u>45.169</u>		(4.583)	2.004.892
Títulos Renda Fixa								
– Privados	. 198.085	20.000	(84.740)	(5.669)	6.098	-	(4.583)	129.191
Quotas de Fundos de			,	,			,	
Investimentos	814.722	6.220.585	(5.198.677)	-	39.071	-	-	1.875.701
Títulos Mantidos até								
o Vencimento	5.709.993	_	(2.202.462)	(98.170)	366.174	_	_	3.775.535
Títulos Públicos	5.709.993		(2.202.462)	(98.170)	366.174			3.775.535
Títulos Disponíveis			1 /					
para Venda								
(nota explicativa 5.1)	2.017.764	3.129.736	(2.288.094)	(201.514)	201.598	99.177	(9.366)	2.949.301
Títulos Públicos	2 017 764	3 129 736	(2.288.094)					2.949.301
Total								8.729.728
							(10.040)	0.7 20.7 20
/+\ l								

Juros - É quando o credor paga a remuneração contratada na emissão do título.

Amortizações - É quando o credor paga parte do valor principal. Ganho/(Perda) apurados na venda dos títulos.

5.4. Avaliação do valor justo

Valor Justo dos Ativos Financeiros é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O Valor Justo das aplicações dos Fundos de Investimentos foi obtido a partir dos valores divulgados pelas Instituições Financeiras administradoras dos fundos. Os títulos de Renda Fixa Públicos e Privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência e cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB DTVM).

Os critérios de precificações dos Instrumentos Financeiros Derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA). Os investimentos mantidos até o vencimento estão registrados e divulgados pelo valor de custo, sendo o Valór Justo apresentado apenas para fins de divulgação (nota explicativa nº 5.1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

24/42/2020

31/12/2021

<u>Hierarquia do Valor Justo</u> Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

 Nível 3: Prèmissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia não possui Instrumentos Financeiros classificados no Nível 3.

			<u> 31/12/2021</u>			31/12/2020
Títulos	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio						
do Resultado						
Debêntures	_	106.766	106.766	_	129.191	129.191
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	_	19.199		_	120.101	120.101
Total		125.965	125.965		129.191	129.191
Renda Fixa		120.505	120.500		123.131	123.131
Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Fixa	_	1.832.558	1.832.558	_	1.787.392	1 787 392
Quotas de Fundo Não Exclusivos	_	2.162	2.162	_		
	-	2.102	2.102	-	34.373	54.975
		1E 6EE	1E 6EE		22 224	22 224
	-	15.655	15.655	-	33.334	33.334
	4 040 000		4 040 000			
				-	-	-
	1.814.207	-	1.814.207	2.949.301	-	2.949.301
		-	3.577.010	2.614.529	-	2.614.529
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	50.078	-	50.078	645.156	-	645.156
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	750.587	-	750.587	758.970	-	758.970
Total	4.377.675		4.377.675	4.018.655		4.018.655
		1.976.340	8.168.222	6.967.956	2.004.892	8.972.848
E E Instrumentes Einenseines Derivetives						
Renda Variável Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Variável Títulos Disponíveis para Venda Letras do Tesouro Nacional (LTN) Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) Títulos Mantidos até o Vencimento Letras do Tesouro Nacional (LTN) Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) Total	797.515 1.814.207 3.577.010 50.078 750.587 4.377.675	15.655	15.655 1.016.692 797.515 1.814.207 3.577.010 50.078 750.587 4.377.675	2.614.529 645.156 758.970 4.018.655		645.156 758.970 4.018.655

5.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

Política de Investimentos De acordo com a Política de Investimentos e normativos vigentes, a Brasilcap poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo exclusivo de proteger sua carteira (*hedge*), de acordo com o cenário macroeconômico e as condições prospectivas de mercado. A Companhia, ao longo do exercício de 2021, contratou Instrumentos Financeiros Derivativos operacionalizados por meio de contratos futuros de DI, na Carteira Própria, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado, como receita ou despesa financeira. A Companhia não adotou a contabilidade de hedge ("hedge accounting").

<u>Composição</u> Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas no quadro a seguir:

				01/12/2021
Contrato	Tipo de Investimentos	Vencimento	Valor nominal	Item objeto de hedge
DI1F23	Taxa de Juros	Jan/23	319.415	LTN Jan/23
DI1F24	Taxa de Juros	Jan/24	224.063	LTN Jan/24
DI1N24	Taxa de Juros	Jul/24	220.768	LTN Jul/24
DI1F25	Taxa de Juros	Jan/25	524.752	NTN-F Jan/25
			1.288.998	
				31/12/2020
Contrato	Tipo de Investimentos	Vencimento	Valor nominal	Item objeto de hedge
DI1F27	Taxa de Juros	Jan/27	26.908	NTN-F Jan/27
DI1F29	Taxa de Juros	Jan/29	106.502	NTN-F Jan/29
DI1F31	Taxa de Juros	Jan/31	169.967	NTN-F Jan/31
			303.377	

Saldos contábeis referente as operações de hedge

	-9		31/12/2021
Contrato	Passivo	Receita Financeira	Despesa Financeira
DI1F23	74	7.256	8.532
DI1F24	296	8.915	13.481
DI1N24	1.108	10.358	16.538
DI1F25	359	31.655	47.908
DI1F27	-	82.225	56.793
DI1F29	-	141.970	96.536
DI1F31		132.980	99.201
	1.837	415.359	338.989
			31/12/2020
Contrato	Passivo	Receita Financeira	Despesa Financeira
DI1F27	3	1.742	5.925
DI1F29	185	4.208	14.259
DI1F31	338	5.623	21.779
	526	11.573	41.963

6. Instrumentos Financeiros

Prática contábil - Classificação e Mensuração Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos. Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

 Caixa e Bancos - são representados por depósitos bancários sem vencimento e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia. São incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

• Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado - São Ativos Financeiros adquiridos com o

propósito de serem frequente e ativamente negociados, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no Ativo Circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses ativos são reconhecidos no resultado do período.

 Ativos Financeiros Mantidós até o Vencimento - São Ativos Financeiros para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo custo de aquisição,

acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado do período.

• Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos. Os rendimentos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação."

Patrimonial" no Patrimônio Líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado do período, em contrapartida da referida conta do Patrimônio Líquido.

• Empréstimos e Recebíveis - São Ativos Financeiros representados pelos Títulos de Capitalização a receber e

demais Contas a Receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses Ativos Financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por Reduções ao Valor Recuperável.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - Os Passivos Financeiros que não são classificados como a Valor Justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo Custo Amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. As despesas de juros são apresentadas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

Os valores justos dos principais ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

31/12/2021

31/12/2020

400.087

	Valor	Valor	Valor	Valor	ĺ
	Contábil	Justo	Contábil	Justo	ĺ
Ativos Mensurados a Valor Justo					ĺ
Caixa e Bancos	37	37	413	413	ĺ
Aplicações Financeiras (nota explicativa nº 5.1)	1.976.340	1.976.340	2.004.892	2.004.892	ĺ
Ativos Mantidos até o Vencimento					ĺ
Aplicações Financeiras (nota explicativa nº 5.1)	4.484.588	4.377.675	3.775.535	4.018.655	ĺ
Ativos Disponíveis para Venda					ĺ
Aplicações Financeiras (nota explicativa nº 5.1)	1.814.207	1.814.207	2.949.301	2.949.301	ĺ
Empréstimos e Recebíveis (*)	8.635	8.635	10.761	10.761	ĺ
Total dos Ativos	8.283.807	8.176.894	8.740.902	8.984.022	ĺ
Passivos Financeiros não derivativos					ĺ
Obrigações a Pagar (nota explicativa nº 13)	21.485	21.485	17.765	17.765	ĺ
Empréstimos e Financiamentos (nota explicativa nº 14)	202.426	202.426	-	-	ĺ
Débitos de Operações com Capitalização					ĺ
(nota explicativa nº 12)	1.487	1.487	5.898	5.898	ĺ
Passivos Financeiros derivativos					ĺ
Mercados Futuros (DI) (nota explicativa nº 5.5)	1.837	1.837	526	526	ĺ
Total dos Passivos	227.235	227.235	24.189	24.189	ĺ
(*) Os Empréstimos e Recebíveis compreendem as ven	das de Títulos	de Capitalizac	ão não recebid	as até a data	ĺ

do Ralanco

do Balariço.		
7. Garantia das Provisões Técnicas		
Para Garantia das Provisões Técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes at	ivos:	
3	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Garantidores		
Títulos de Renda Fixa – Privados	125.965	129.191
Títulos de Renda Fixa – Públicos	6.191.882	6.857.122
Quotas de Fundo de Investimentos		1.875.701
Valor Justo	8.166.060	8.862.014
Títulos de Renda Fixa – Privados	125.965	129.191
Títulos de Renda Fixa – Públicos	6.298.795	6.614.002
Quotas de Fundo de Investimentos	1.848.213	<u>1.875.701</u>
Valor Contábil	8.272.973	8.618.894
Provisão Técnica	7.872.886	8.261.132

Ativos Livres a Valor Contábil..... 8. Créditos das Operações com Capitalização

Os Créditos de Títulos de Capitalização referem-se, basicamente, às operações com os parceiros comerciais Banco do Brasil e Administradora de Cartão de Crédito Cielo S.A., que possuem um "float financeiro" de 1 e 30 dias, respectivamente, para recebimento dos títulos comercializados. Em 31 de dezembro de 2021, os montantes de Títulos de Capitalização a receber totalizaram R\$ 8.635, e R\$ 10.761, em 31 de dezembro de 2020. 9. Títulos e Créditos a Receber

Os Títulos e Créditos a Receber estão classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, sendo compostos

da seguinte forma:		
<u>Títulos e Créditos a Receber</u>	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Tributários e Previdenciários (nota explicativa nº 10)	16.374	3.635
Outros Créditos a Receber	2	20
Adiantamentos a Funcionários	2.863	2.971
Ativo Circulante	19.239	6.626
Créditos Tributários e Previdenciários (nota explicativa nº 10)	263.678	153.278
Depósitos Judiciais e Fiscais (nota explicativa nº 11 a.)	1.077.258	1.001.322
Ativo Não Circulante	1.340.936	1.154.600
40 Crédites Tributéries Imposts de Banda e Contribuição Social		

10. Créditos Tributários, Imposto de Renda e Contribuição Social Práticas contábeis

Ativos Livres a Valor Justo (nota explicativa nº 2.6).....

Os Créditos Tributários Diferidos registrados no Ativo Não Circulante são relativos a ajustes temporais, decorrentes, principalmente, de despesas relacionadas as Ações Judiciais e ao Ajuste a Valor de Mercado das Aplicações Financeiras classificadas nas categorias Valor Justo por Meio do Resultado e Disponíveis para Venda. No caso das Ações Judiciais, por estarem em trâmite nos tribunais superiores e por não existir uma previsão para o seu trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos. Com relação aos valores decorrentes de Ajuste a Valor de Mercado, serão realizados à medida que ocorrerem os vencimentos das aplicações ou resgates antecipados.

Com base no histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, somado às projeções de resultados, é entendimento da Administração que a Companhia possui capacidade suficiente para absorver os montantes de Créditos Tributários Diferidos.

Os Créditos Tributários Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram calculados pelas alíquotas vigentes, considerando para o IRPJ 25% e para a CSLL 15%, neste caso levou-se em consideração a perspectiva de realização a partir de 1º de janeiro de 2022.

de rousisão para Imposto de Renda foi calculada considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240 ao ano. No que se refere a Provisão para Contribuição Social, foi calculada a alíquota de 15% no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2021 e 20% para o período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, conforme estabelecido pela Medida Provisória 1.034 de 01 de março de 2021, convertida na Lei 14.183 de 14 de julho de 2021. A partir de 01 de janeiro de 2022 a alíquota da Contribuição Social volta a ser de 15%.

Composição Créditos Tributários Ativo Circulante (nota explicativa nº 9) 31/12/2020 31/12/2021 IRPJ a Compensar CSLL a Compensar 3.247 1.296 ISS a Compensar 16.374 Ativo Não Circulante (nota explicativa nº 9) Imposto de Renda Diferido 165.547 96.586 Contribuição Social Diferida 56.692 PIS e COFINS a Recuperar
Total dos Créditos Tributário Diferidos 26 **263.678** 153.278

Total Geral			280.052	156.913
Composição imposto de renda e contribuição social diferida				
		31/12/2021	3	1/12/2020
Bases de cálculo IR/CS diferidos	IR	CS	IR	CS
Processos Judiciais Tributários	453.025	437.289	427.504	411.768
Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários				
e Instrumentos financeiros	207.735	207.735	(42.309)	(42.309)
Processos Judiciais Trabalhistas	517	517	`	` -
Processos Judiciais Cíveis	693	693	927	927
Despesas Administrativas	219	1.288	222	1.052
Provisão para desvalorização de Incentivos Fiscais	-	6.513	-	6.513
Base ativo fiscal diferido		654.035	386.344	377.951
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		98.105	96.586	56.692
		31/12/2021	3	1/12/2020
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos	IR	CS	IR	CS
Ativos Tributários Diferidos	172.093	102.032	115.889	68.275
Passivos Tributários Diferidos	(6.546)	(3.927)	(19.303)	(11.583)
Total dos Créditos Tributário Diferidos	165.547	98.105	96.586	56.692

Existem valores de Imposto de Renda e Contribuição Social, nos montantes de R\$ 26.223, em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 25.984 em 31 de dezembro de 2020, (Finor, Incentivos Cinematográficos e outras provisões) controlados na Escrituração Contábil Fiscal - ECF que não possuem Créditos Tributários Diferidos contabilizados nas Demonstrações Financeiras, uma vez que a Companhia julga serem de difícil realização fiscal (dedutibilidade). Movimentação do Imposto de renda e Contribuição Social diferidos

	31/12/2021		31/12/2020	
	IR	CS	IR	CS
Saldo no início do Exercício	96.586	56.692	81.926	47.887
Reconhecido no resultado	11.772	7.099	12.320	7.399
Reconhecido no patrimônio líquido	57.190	34.314	2.340	1.406
Saldo no final do Exercício	165.548	98.105	96.586	56.692
have a fee de consider a Contribute 7 a Contribute				

Imposto de renda e Contribuição Social apurados no exercício Apresentamos, a seguir, a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A partir de 1º de julho de 2021 a Cia. apurou a CSLL considerando um adicional de 5%, utilizando para cálculo as regras estabelecidas na IN nº 1.700/2017.

utilizando para calculo as regras estabelecidas na IIV nº 1.700/2017.				
			Reapr	resentado
	31	/12/2021 ¯	3	1/12/2020
_	IR	CS	IR	CS
Resultado antes do IR e da CSLL e após a Participação				
dos Empregados	8.636	8.636	259.945	259.945
Resultado antes dos Tributos	14.557	14.557	265.540	265.540
Participações dos Administradores e Empregados	(5.921)	(5.921)	(5.595)	(5.595)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	2.278	944	4.564	3.296
Despesas/Reversões não dedutíveis	2.278	944	4.564	3.296
Adições/(Exclusões) Temporárias:	47.086	47.326	49.276	49.335
Ajustes a valor justo de Títulos e Valores Mobiliários				
e Instrumentos financeiros	21.287	21.287	19.383	19.383
Provisões para Processos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	25.803	25.803	29.911	29.911
Outras Adições/Exclusões	(4)	236	(18)	41
Base de Cálculo dos Encargos Incidentes	58.000	56.906	313.785	312.576
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.951	10.044	75.281	47.258
Alíquota de 15%	8.700	8.536	47.068	46.885
Adicional de 10%	5.776	-	31.354	-
Adicional de 5%	-	1.508	-	-
Incentivos Fiscais	(525)	-	(3.606)	-
Recuperação de IR – Incentivos Fiscais (Lei do Bem)	-	-	465	373
Tributos Diferidos	(11.772)	(7.099)	(12.320)	(7.399)
Total de Tributos		2.945	62.961	<u>39.859</u>
Alíquotas Efetivas	25,23%	34,10%	24,22%	15,33%
A Compositio considerati na cálcula dos alíquetos os montentos dos t	ributoo diforio	loo Doro fin	o do compo	rabilidada

A Companhia considerou no cálculo das alíquotas os montantes dos tributos diferidos. Para fins de comparabilidade, reapresentamos as alíquotas efetivas referente ao exercício 2020. A elevação na alíquota efetiva da CSLL deve-se à majoração de 5% aplicada no 2º semestre de 2021, sem efeitos nos tributos diferidos, em razão da vigência se encerrar em 31 de dezembro de 2021. 11. Depósitos Judiciais e Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Prática contábil

Em atendimento ao CPC 25, a Companhia provisiona as suas obrigações prováveis e apenas divulga em notas explicativas as consideradas possíveis.

As provisões para as Ações Judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nos normativos vigentes e nas opiniões do Departamento Jurídico Interno é dos Consultores Legais Independentes sobre o provável resultado dos processos judiciais.

As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outros Débitos - Provisões Fiscais", no Passivo Não Circulante, independentemente da probabilidade de perda, por se tratar de obrigações legais. Os correspondentes Depósitos Judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente. As Ações Judiciais de natureza Cível e Trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente

de acordo com a avaliação do Departamento Jurídico Interno e Consultores Legais Independentes e atualizadas mensalmente pelo índice de correção do FGTS no caso das ações trabalhistas. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado.

Os Depósitos Judiciais Trabalhistas são contas consideradas à disposição do Juízo e são corrigidos pelo índice da poupança, conforme art. 899 § 4º da Lei 13.467/2017. Os Depósitos Judiciais Cíveis são corrigidos por índice próprio da Ínstituição Financeira que é responsável pelo depósito. Os depósitos judiciais tributários são corrigidos pela taxa Selic e TR.

A premissa para classificação dos Depósitos e das Provisões Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis entre Passivo Circulante e Não Circulante leva em consideração a expectativa da Administração em relação aos extensos prazos para finalização dos processos nos tribunais.

Atualização

<u>Monetária</u>

(Pagamentos)/

(Baixas)

31/12/2021

a. Composição dos Depósitos Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis 31/12/2020 <u>Adições</u>

	31/12/2020	Aulçoes	Withelaila	(Daixas)	31/12/2021
CSLL	316.223	17.402	10.997	_	344.622
COFINS	588.799	24.363	16.316	-	629.478
PIS	86.985	3.959	2.533	-	93.477
INSS	8.700	283	257	(135)	9.105
Ativos Fiscais	1.000.707	46.007	30.103	(135)	1.076.682
Cíveis	109	12	3	(9)	115
Trabalhistas	506	42	13	(100)	461
Demais Ativos	615	54	16	(109)	576
Total (b)	1.001.322	46.061	30.119	(244)	1.077.258
			Atualização	(Degementes)/	
			Alualizacao	(Pagamentos)/	
	31/12/2019	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos)/ (Baixas)	31/12/2020
CSLL (a)	493.307	Adições 8.951			31/12/2020 316.223
CSLL (a)	493.307		Monetária	<u>(Baixas</u>)	
CSLL (a) COFINS PIS	493.307	8.951	Monetária 8.385	<u>(Baixas</u>)	316.223
PISINSS	493.307 552.713 81.195 8.294	8.951 26.749	Monetária 8.385 9.337	<u>(Baixas</u>)	316.223 588.799
COFINS	493.307 552.713 81.195 8.294	8.951 26.749 4.347	Monetária 8.385 9.337 1.443	<u>(Baixas</u>)	316.223 588.799 86.985
COFINS PIS. INSS Ativos Fiscais Trabalhistas	493.307 552.713 81.195 8.294 1.135.509	8.951 26.749 4.347 254	Monetária 8.385 9.337 1.443 152	(Baixas) (194.420)	316.223 588.799 86.985 8.700
COFINS PIS. INSS Ativos Fiscais Trabalhistas Outras Provisões	493.307 552.713 81.195 8.294 1.135.509	8.951 26.749 4.347 254 40.301	Monetária 8.385 9.337 1.443 152	(Baixas) (194.420) - - - (194.420)	316.223 588.799 86.985 8.700 1.000.707
COFINS PIS	493.307 552.713 81.195 8.294 1.135.509 533	8.951 26.749 4.347 254 40.301 167	Monetária 8.385 9.337 1.443 152 19.317 1 13	(Baixas) (194.420) (194.420) (194.420) (59) (40) (99)	316.223 588.799 86.985 8.700 1.000.707 109 506 615
COFINS PIS. INSS Ativos Fiscais Trabalhistas Outras Provisões	493.307 552.713 81.195 8.294 1.135.509 533	8.951 26.749 4.347 254 40.301 167	Monetária 8.385 9.337 1.443 152 19.317	(Baixas) (194.420) - - (194.420) (59) (40)	316.223 588.799 86.985 8.700 1.000.707 109 506

b. Composição das Provisões Fiscais,	rabalhistas e (Civeis			
			Atualização	(Pagamentos)/	
	31/12/2020	Adições	Monetária	(Baixas)	31/12/2021
CSLL	328.892	3.414	10.860		343.166
COFINS	590.983	24.112	16.316	-	631.411
PIS	89.280	3.918	2.545	(2.626)	93.117
INSS	8.720	284	256	(135)	9.125
Passivos Fiscais	1.017.875	31.728	29.977	(2.761)	1.076.819
Cíveis	927	231	_	(465)	693
Trabalhistas		875	_	(358)	517
Demais Passivos	927	1.106	-	(823)	1.210
Total (b)	1.018.802	32.834	29.977	(3.584)	1.078.029
			Atualização	(Pagamentos)/	
	31/12/2019	Adições	Monetária	(Baixas)	31/12/2020
CSLL (a)	496.172	18.755	8.385	(194.420)	328.892
COFINS	555.296	26.350	9.337	` _′	590.983
PIS	83.525	4.282	1.473	-	89.280
INSS	8.315	253	152		8.720

Passivos Fiscais 49.640 Cíveis. Trabalhistas 1.918 1.145.226 (1.060) (195.480) **Demais Passivos** 49.709 (a) Judicial – CSLL – Refere-se ao mandado de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de recolher a contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%. Acórdão reformou a sentença

certificado. Em 28 de maio de 2020, o valor depositado foi convertido em renda para União no montante de R\$ 194.420. Os demais processos, relativos a CSLL, estão descritos nos itens 11.1 (a) e 11.2 (a). Os valores apurados nos depósitos judiciais no exercício 2021 foram superiores as provisões judiciais em R\$ 13.227, em decorrência da despesa com CSLL em 2021 ter sido inferior ao exercício 2020, e os depósitos realizados em janeiro de 2021 serem oriundos dos pagamentos de ajuste anual do IR e CSLL do exercício 2020.

para julgar improcedentes todos os pedidos. Recurso Extraordinário teve provimento negado. Trânsito em julgado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Detalhamento dos Processos por Natureza de Risco de Perda:								
•	31/12/2021					12/2020		
	Valor	Valor	Quan-	Valor	Valor	Quan-		
Obrigações Legais - Fiscal	Estimado	Contabilizado	tidade	Estimado	Contabilizado	tidade		
Provável	149.081	149.081	4	142.072	142.072	4		
Possíveis	296.327	296.327	1	284.686	284.686	2		
Remota	631.411	631.411	1	591.117	591.117	2		
Total	1.076.819	1.076.819	6	1.017.875	1.017.875	8		
<u>Trabalhistas</u>								
Provável	517	517	19	-	-	-		
Possíveis	1.254	-	23	3.229	-	56		
Remota			3	964		6		
Total	2.621	517	45	4.193		62		
<u>Cíveis e Outras</u>								
Provável		693	29	927	927	38		
Possíveis	668	-	87	3.646	-	126		
Remota	3.189		<u>36</u>	<u>811</u>		34		
Total	4.550	693	152	5.384	927	198		
<u>Totais</u>								
Provável	150.291	150.290	52	142.999	142.999	42		
Possíveis	298.249	296.327	111	291.561	284.686	184		
Remota		631.411	40	592.892	<u>591.117</u>	42		
Total	1.083.990	1.078.029	203	1.027.452	1.018.802	268		

As probabilidades de perdas das ações ajuizadas pela Companhia são convalidadas pela Administração tendo como base a avaliação dos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica. 11.1. Obrigações Legais - Fiscais com Natureza de Risco de Perda Provável

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como prováveis de perda.

Em 31 de dezembro de 2021, as principais causas provisionadas são:
a) Judicial - CSLL – Refere-se ao mandado de segurança impetrado com finalidade de assegurar o direito líquido a) sudicial - CSLL - Referese ao maintado de segurança imperiado com minimada de assegurar o direito inquitos e certo de calcular e recolher a CSLL com base na alíquota prevista no caput do artigo 19, da Lei nº 9.249/1995, e no artigo 2º da Lei nº 9.316/1996 deixando de atender ao disposto na EC nº 10/1996 às demais disposições legais que visam impor alíquotas superiores aplicadas às pessoas jurídicas em geral. O valor deste processo, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 46.839 e R\$ 46.147, em 31 de dezembro de 2020. Interposto RE em que foi reconhecida a anterioridade nonagesimal e declarada repercussão geral ao mérito remanescente. Aguarda julgamento do paradigma RE 578846/SP;

b) Judicial - PIS – Refere-se a contribuição ao PIS e a consideração das receitas de Capitalização na base de cálculo do PIS e o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS promovido pela Lei nº 9.718/1998. O valor deste processo, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 85.821 e R\$ 79.506, em 31 de dezembro de 2020. Proferida sentença negando provimento ao pedido. Negado provimento à apelação e ao agravo regimental. Autos remetidos ao STF para julgamento do Rext interposto pela Companhia. Declarada Repercussão Geral no RE, que aguarda julgamento do paradigma RE 609096;

ć) Judicial - PIS – Refere-se ao mandado de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de garantir inaplicabilidade da EC nº 17/1997, no que refere ao PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, considerando o disposto no art. 195, § 6º, da CF. O valor deste processo, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 7.296 e R\$ 7.834, em 31 de dezembro de 2020. Em 05 de dezembro de 2018, ocorreu o trânsito em julgado, onde Recurso Extraordinário a reconheceu somente anterioridade nonagesimal. Negado provimento ao Recurso Extraordinário da Brasilcap, sendo mantida a decisão que declarou o recolhimento do PIS na forma da LC nº 7/70 apenas para o período de julho de 1997 a fevereiro de 1998. Processo encerrado com êxito com relação ao período da irretroatividade e da anterioridade (julho de 1997 a fevereiro de 1998) e com perda com relação aos demais aspectos. Os valores objetos do êxito referem-se a três meses de apuração na forma da EC nº 17/1997 que possuem depósitos judiciais, estando em fase de execução e que até a presente data não se converteram em

que possente depositos judiciais, estanto em lase de excluso e que ale a presente data nao se conventeram em renda para a Companhia, sendo a respectiva provisão foi revertida no exercício 2021; e
d) Judicial - INSS – Refere-se à ação declaratória ajuizada a fim de obter a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), bem como o reconhecimento do grau de risco inerente a sua atividade como mínimo, correspondente à alíquota de 1% para fins de recolhimento da contribuição ao SAT/RAT. O valor deste processo, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.125 e R\$ 8.585, em 31 de dezembro de 2020. A demanda foi provida em primeiro grau, mas foi reformada em 2ª instância. A Brasilcap manejou Recursos Extraordinário e Especial foram inadmitidos e, por consequência, foram interpostos Agravos em Recurso Extraordinário e Especial. Após a interposição do nosso Agravo, houve a declaração de Repercussão Geral, sendo paradigma o RE 677.725 (Tema que versa sobre a fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social. O processo foi sobrestado em 09/03/2020 e baixou ao TRF-2, para aguardar o julgamento do paradigma, que ainda resta pendente de julgamento.

11.2. Obrigações Legais - Fiscais com a Natureza de Risco de Perda Possível

A Companhia constitui provisão para as causas que são consideradas como obrigações legais. Em 31 de dezembro de 2021, as principais questões discutidas em Processos Judiciais e Administrativos Tributários são:

a) Judicial - CSLL – Refere-se ao mandado de segurança, questionando a majoração da alíquota de 15% para 20%. O valor deste processo, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 296.327 e R\$ 282.745, em 31 de dezembro de 2020. A sentença deu provimento a alegação de anterioridade nonagesimal, para que a nova alíquota seja cobrada a partir de 01/01/2016 (90 dias após a publicação da Lei nº 13.169/2015). Interposição de Apelação por ambas as Partes, que aguarda julgamento; e b) Administrativo - PIS – Refere-se ao auto de infração lavrado para exigir diferença de PIS apurada no período

de janeiro a março de 1999, acrescida de multa de ófício de 75% e juros de mora. Em junho de 2021, o saldo de maio, no montante de R\$ 1.951, foi revertido integralmente em decorrência de decisão administrativa favorável. A referida provisão não possuía depósito judicial. O processo foi baixado em 30 de junho de 2021.

12. Débitos de Operações com Capitalização

12. Debitos de Operações com Capitanzação		
	31/12/2021	31/12/2020
Comissões de Corretagem a Pagar	1.112	2.291
Cancelamentos de Títulos de Capitalização	1	1.160
Outros Débitos Operacionais	374	2.447
Comissões de Corretagem a Pagar Cancelamentos de Títulos de Capitalização Outros Débitos Operacionais Total (nota explicativa 6)	1 487	5.898
	11-107	0.000
13. Contas a Pagar	04/40/0004	24/40/0000
	<u>31/12/2021</u>	31/12/2020
Passivo Circulante		
Obrigações a Pagar (nota explicativa 6)	22.198	16.762
Fornecedores a Pagar	11.423	8.615
Dividendos a pagar e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	2.772	1.814
Participações nos Lucros a Pagar	5.729	5.557
Mercados Futuros (DI)	1.837	526
Outras Obrigações`a Áagar	437	250
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.113	1.966
IRRE de Funcionários e Terceiros	1 080	1.101
INSS e FGTS a recolher	848	625
Outros Impostos	185	240
Empréstimos e Financiamentos (nota explicativa 14)	202.426	
Empréstimos Bancários	202 426	
Encargos Trabalhistas	4.120	4.316
Literatura in the state of the	4.120	4.510
Composição e Movimentação das Provisões Técnicas		

	31/12/2021	31/12/2020
Férias	3.059	3.038
Encargos sobre Férias	1.061	1.278
Impostos e Contribuições		60.607
Imposto de Renda	_	41.605
Contribuição Social		19.002
Outras Contas a Pagar (nota explicativa 6)	1.124	1.246
Taxa de Administração da Carteira (nota explicativa 18 b)	1.124	1.184
Outras Contas a Pagar		62
Passivo Não Circulante		
Outras Contas a Pagar (nota explicativa 6)	-	283
Obrigações Operacionais		283
14 Empréstimos		

14. Empréstimos A Companhia obteve uma linha de crédito bancária por meio de conta garantida no valor de R\$ 200.000, conforme demonstração abaixo

		Data de		Encargos			31/12/2021
	Data de		Valor do	CDI +		Saldo a	
Instituição Financeira	<u>Captação</u>	<u>cimento</u>)	Contrato	<u>Spread</u>	<u>IOF</u>	Pagar	Taxa mensal
Banco do Brasil S/A	29/10/2021	01/02/2022	200.000	2.068	358	202.426	CDI + 0,35% a.m
A linha de crédito foi dis	sponibilizada	para a Com	panhia pelo	Banco do	Brasil S/	A – Parte	Relacionada (Nota
Explicativa no 18) com	vencimento	de 3 meses	O prazo s	e estende d	lesde a d	contratação	até a data do 1º

vencimento - 01 de fevereiro de 2022, que poderá ser renovado automática e sucessivamente prorrogado. O objetivo da conta garantida é reforçar os indicadores de cobertura/liquidez da Companhia.

15. Provisões Técnicas

Prática Contábil As Provisões Técnicas da Brasilcap são estabelecidas considerando o disposto nas Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e a SUSÉP nº 517 de 30 de julho de 2015 e suas alterações posteriores. As Provisões Técnicas, para ás quais, independentemente do prazo dé vencimento contratual dos Títulos de Capitalização, há o direito de resgate, pelos titulares, dos montantes registrados antes da data de vencimento e após o período de carência de cada título, são contabilizadas no passivo circulante, sendo que, estes últimos não ultrapassam 12

(doze) meses para nenhum dos produtos comercializados pela Companhia. Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - é constituída para cada título em vigor ou suspenso, enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pelo índice de remuneração estabelecido nas Condições Gerais. Os planos de capitalização da Brasilcap, aprovados pela SUSEP até 30 de agosto de 2018, são atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada as cadernetas de poupança e os aprovados após esta data passaram a ser atualizados monetáriamente pela Taxa Referencial (TR).

As Taxas de Carregamento e Índices de Comercialização dos principais produtos comercializados pela Companhia são feitas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP e possuem os seguintes percentuais:

	iaxa	s Medias de	maices medios de		
	Ca	rregamento	Comercializa		
Produtos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Títulos de Pagamentos Mensais e/ou Periódicos (PM/PP)	7,47%	7,86%	7,89%	7,63%	
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	12,11%	13,80%	9,06%	10,34%	
Total			8,56%	9,31%	
l _ _					

Provisão para Resgates (PR) - As Provisões para Resgate de Títulos Vencidos e Antecipados são constituídas a partir da data do evento gérador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus, pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, e são atualizadas monetariamente conforme previsão contratual. Os planos de capitalização da Brasilcap, aprovados pela SUSEP até 30 de agosto de 2018, são atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada às cadernetas de poupança e os aprovados após esta data passaram a ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial

(TR), ambos no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. Provisão para Sorteio a Realizar (PSR) - Os valores destinados à constituição da Provisão para Sorteio a Realizar são calculados sobre o valor nominal dos títulos, e representam os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicável(eis) sobre a(s) arrecadação(ões) e de baixas equivalentes ao risco decorrido, cujo saldo será mensalmente capitalizado pela respectiva taxa de juros e/ou atualizado pelo índice de atualização, segundo os parâmetros definidos nas Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP

Provisão para Sorteio a Pagar (PSP) - A metodologia de cálculo desta provisão consiste no aporte dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, que serão atualizados monetariamente conforme previsão

contratual, desde a data do sorteio até a data da efetiva liquidação.
Provisão Complementar de Sorteios (PCS) - deve ser constituída, mensalmente, para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar (PSR) e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar, nos casos de sorteios referentes à Premiação Instantânea e Contemplação Obrigatória. A reversão ou sua baixa se dá na efetiva contemplação do sorteio, ou ainda, quando não houver mais possibilidade de ocorrência dessas modalidades de sorteio.

Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) - é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos nos planos, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a Distribuição de Bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos na sua Nota Técnica Atuarial aprovada pela SUSEP. Desde maio de 2019, não há mais comercialização de produtos com o atributo de Bônus, permanecendo ativos cerca de 20 mil títulos.

A provisão abrange os valores relativos à concessão de bônus por fidelização, de bônus em Renda Variável e de bônus em Renda Fixa:

(a) A Provisão para Distribuição de Bônus por fidelização tem como objetivo garantir a concessão de bônus aos clientes que permanecerem ativos e adimplentes até o fim da vigência dos Títulos de Capitalização, que em sua Nota Técnica Atuarial aprovada pela SUSEP possuam esta previsão. A metodologia de cálculo desta provisão consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% da atualização monetária da Provisão Matemática (b) A Provisão para Distribuição de Bônus em Renda Variável - A metodologia de cálculo desta provisão consiste

no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(eis) sobre a(s) arrecadação(ões), conforme cotizações estabelecidas nos planos de capitalização, que são convertidos em cotas do fundo de investimento em ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a estas cotas. (c) A Provisão para Distribuição de Bônus em Renda Fixa - A metodologia de cálculo dessa provisão consiste na

sem atualização monetária. Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*, devendo representar a diferença,

incidência mensal de um percentual fixo definido no plano sobre o saldo da Provisão Matemática para Capitalização,

se positiva, entre a projeção do valor presente esperado dos fluxos das saídas das despesas administrativas é a projeção do valor presente esperado dos fluxos de entrada das parcelas de carregamento a receber relativas aos títulos já comercializados Prescrição de Títulos de Capitalização - A Companhia movimenta, nas Provisões para Resgates de Títulos

Vencidos, Antecipados e de Sorteio a Pagar, a baixa dos valores prescritos, atendendo às disposições previstas no Código Civil quanto ao instituto da prescrição. O prazo de prescrição aplicável à capitalização é de 5 (cinco) anos, contados do término de vigência do título, para pagamento de valores de resgate, ou do sorteio, para pagamento de premiações.

Composição e Movimentação das Provisões Te								
	Provisão Matemática	Provisão para	Provisão para Sorteios		Provisão Complementar	Provisão para Distribuição		
_	para Capitalização (PMC)	Resgates (PR)	a Realizar (PSR)	a Pagar (PSP)	de Sorteios (PCS)	de Bônus (PDB)	Total	
31/12/2019	7.667.973	520.650	89.834	9.701	13	53.836	8.342.007	
Constituições	4.104.394	-	90.433	79.637	19	6.532	4.281.015	
Reversões	-	-	(85.381)	-	(30)	(2.391)	(87.802)	
Cancelamentos	(14.342)	-	(238)	-	`	` <u>-</u>	(14.580)	
Transferências	(4.593.589)	4.611.699	` <u>-</u> ´	-	-	(18.110)	`	
Pagamentos	`	(4.574.503)	-	(79.574)	-	` <u>-</u>	(4.654.077)	
Atualização monetária	420.426	307	1.902	(9)	-	147	422.773	
Atualização monetáriaVariação de cotas de Renda Variável	-	-	-	`-	-	956	956	
Prescrição	-	(12.095)	-	(17)	-	-	(12.112)	
Penalidade (i)	(17.048)	<u> </u>		<u>-</u>	<u> </u>	<u> </u>	(17.048)	
31/12/2020	7.567.814	546.058	96.550	9.738	2	40.970	8.261.132	
Constituições	3.736.300	2.659	78.002	67.025	-	2.194	3.886.180	
Reversões	-	-	(85.240)	-	-	(890)	(86.130)	
Cancelamentos	(11.478)	-	(167)	-	-	· -	(11.645)	
Transferências	(4.503.508)	4.528.056	<u>-</u>	-	-	(24.548)	-	
Pagamentos	<u>-</u>	(4.472.306)	-	(66.809)	-	<u>-</u>	(4.539.115)	
Atualização monetária	404.623	1.319	2.308	10	-	129	408.389	
Variação de cotas de Renda Variável	-	-	-	-	-	(1.807)	(1.807)	
Prescrição	-	(22.490)	-	(45)	-	<u>-</u>	(22.535)	
Penalidade (i)	(21.588)	5			<u> </u>	<u> </u>	(21.583)	
31/12/2021	7.172.163	583.301	91.453	9.919	2	16.048	7.872.886	
(i) A penalidade corresponde a um fator de redução representado por um percentual aplicado à tabela de resuate decorrente de solicitação de resuate antecipado, previsto nas Condições Gerais dos planos de capitalização								

(i) A penalidade corresponde a um fator de redução representado por um percentual aplicado à tabela de resgate decorrente de solicitação de resgate antecipado, previsto nas Condições Gerais dos planos de capitalização

<u>Composição</u>

16. Patrimônio Líquido 16.1. Capital Social

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 254.393 e em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 231.264 e está representado por 324.000.000 de ações, sendo 216.010.804 ordinárias nominativas (ON) e 107.989.196 preferenciais nominativas (PN), sem valor nominal.

, ,		`	,,			% Capital
Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	<u> </u>
BB Seguros Participações S.A	107.989.204	49,99%	107.989.196	100,00%	215.978.400	66,66%
Icatu Seguros S.A	54.010.799	25,00%	-	-	54.010.799	16,67%
Cia. Seguros Aliança da Bahia	51.292.002	23,75%	-	-	51.292.002	15,83%
Acionistas Minoritários		1,26%			2.718.799	0,84%
Total	216.010.804	100,00%	<u>107.989.196</u>	100,00%	324.000.000	100,00%

16.2. Aumento de Capital em Aprovação

Em 31 de dezembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do Aumento de Capital Social, no valor de R\$ 100.005, em espécie, mediante capitalização de adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs), na forma do parágrafo 2º do artigo 171 da lei 6.404/76. As 25.451.756 ações preferenciais estão sujeitas ao exercício do direito de preferência pelos acionistas minoritários, sem que o exercício ou não desse direito possa afetar o aumento de capital efetivado. Foram emitidas um total de 76.340.000 novas ações preferenciais sem valor nominal. O Capital Social passará a ser de R\$ 354.398 correspondente a 400.340.000 ações. O processo de aumento de Capital Social encontra-se em análise na SUSEP. Por instrumento particular de compromisso de subscrição de participação societária e outras avenças, Icatu

Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança da Bahia, individualmente, outorgam à BB Seguros Participações S.A. opção de compra das ações preferenciais de emissão da Companhia de sua titularidade que excederem a participação dos referidos acionistas no momento imediatamente anterior à AGE do Aumento, correspondentes à participação dos demais acionistas minoritários na Companhia ("Opção de Compra"). A Opção de Compra poderá ser exercida, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da realização da AGE do Aumento e está condicionada à obtenção, pela BB Seguros, da aprovação do Banco Central do Brasil para alteração de sua participação no capital social da Companhia.

16.3. Reservas de Lucros <u> Reserva Legal</u>

31 de dezembro de 2021.

do Capital Social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou R\$ 176 para constituição desta reserva. Outras Reservas de Lucros

São compostas por Reservas Suplementares para futuro aumento de capital, para compensar prejuízos acumulados, podendo ter outra destinação, conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração. Fica esta reserva limitada ao valor do Capital Social, conforme estabelecido no artigo nº 199 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2020, esta reserva superou o montante do capital social, sendo aprovado, em assembleia realizada em 31 de março de 2021 a destinação de R\$ 23.129 para aumento do

capital social. A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 327 de 17 de agosto de 2021, aprovou o aumento de capital. 16.4. Dividendos Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos equivalentes a 25% do Lucro Líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor e a Política de Gestão de Capital da Companhia. Em 16 de junho de 2021, foi deliberado pagamento de dividendos intermediários oriundos das reservas de lucros no valor de R\$ 30.000, os quais não foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em

Em 31 dezembro de 2021, foi destinado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 834.

16.5. Destinação do Resultado do Exercício Demonstramos, abaixo, os cálculos da proposta de destinação do resultado referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	3.512	158.801
Proposta de distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	834	39.700
Distribuição dos lucros:		
Dividendos antecipados imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, liquidados		
no 1º semestre	-	(61.544)
Destinação de Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(834)	-
Constituição da Reserva de Legal	(176)	-
Constituição de Outras Reservas de Lucros	(2.502)	(97.257)
Lucro Líquido destinado	(3.512)	(158.801)

17. Detalhamento das Contas da Demonstração de Resultado

Variação da Provisão para Sorteios – PM.....

Desnesas com Títulos Sorteados – PM

Prática contábil As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão do título quando se trata de produto de Pagamento Único (PU) ou do vencimento da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e a partir do conhecimento dos recebimentos dos Títulos de Capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. As emissões dos títulos são realizadas pelo recebimento financeiro dos títulos ou pela informação das vendas realizadas pelos parceiros. O reconhecimento das despesas de Provisão Matemática para Capitalização, Provisão para Sorteio e demais Custos de Aquisição necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita. As Receitas e Despésas Financeiras são reconhecidas nas respectivas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de Estudo Técnico comprovou que não há necessidade de diferir as receitas líquidas de títulos de Pagamento Único -PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas com Títulos de Capitalização	582.268	690.264
Arrecadação com títulos de capitalização – PU	2.450.050	2.952.700
Arrecadação com títulos de capitalização – PM	1.859.740	1.828.211
Variação da provisão para resgate – PU	(2.123.515)	(2.503.443)
Variação da provisão para resgate – PM	(1.604.007)	(1.587.204)
Variação das Provisões Técnicas	502	(4.852)
Variação da Provisão Complementar de Sorteios – PU		` 11 [']
Variação da Provisão para Distribuição de Bônus – PU	298	224
Variação da Provisão para Distribuição de Bônus – PM	204	(5.087)
Resultado com Sorteio	(59.640)	(84.481)
Variação da Provisão para Sorteios – PU	3.859	(2.486)
Despesas com Títulos Sorteados – PU	(30.628)	(46.197)

3 546

(36.417)

(2.341)

(33.457)

31/12/2021

- (340.991)

1.110

610

1.445

4.959 207.907

e) Despesas com seguros de veículos próprios dos administradores, com liquidação financeira à vista

Capitalização – Produtos da Modalidade Incentivo (Promoções Comerciais) com recebimento a vista;

j) Despesas de doações para o Programa BBEducar; com liquidações em até 30 dias;

e Responsabilidade Civil dos Administradores em níveis adequados para os riscos envolvidos.

Os ativos da Companhia apresentam-se segurados conforme abaixo:

556

139

a) Despesas de Corretagem decorrentes da comercialização de Títulos de Capitalização na rede Banco do Brasil com prazo de liquidação de D+1 a D+30 conforme forma de pagamento (débito em conta/cartão de crédito);

b) Despesas Financeiras (taxas de administração) decorrente dos serviços prestados pela BBDTVM, a partír de 01 de janeiro de 2020, para a administração das Carteiras de Ativos Financeiros. A Taxa de Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 0,20%. A liquidação financeira ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente; c) Linha de crédito obtida e utilizada junto ao Banco do Brasil com taxa mensal de CDI + 0,35% a.m., taxa de sérviços de cobrança sobre comercialização de Títulos de Capitalização com liquidação em até 30 dias, despesas de incentivos às vendas com liquidação pela vigência do contrato anual, despesas com aluguéis de imóveis de uso com liquidações mensais, receitas cóm produtos promocionais (Títulos de Capitalização Modalidade Incentivo) com recebimentos à vista e despesas bancárias recorrentes com liquidações em até 30 dias (nota explicativa nº 14); d) Despesas de corretagem decorrentes da comercialização de Títulos de Capitalização - Modalidade Popular do Banco Votorantim com uma taxa de 34% pagas em até 30 dias. O Contrato de comercialização foi encerrado no

f) Despesas com planos odontológicos dos funcionários com prazo de contrato indeterminado, onde a Brasilcap contribuiu com R\$ 7,67 reais por funcionário e dependentes com liquidação mensal; g) Despesas com a Previdência Privada e pecúlio dos funcionários com prazo de contrato indeterminado. O valor pago como benefício para cada funcionário é determinado por cálculos atuariais onde as principais variantes são

h) Despesas com seguros patrimoniais da Companhia com liquidação do prêmio à vista e receita com Títulos de

i) Despesas com Serviços Prestados de Tecnologia (Data Center) as liquidações ocorreram até o prazo de 15 dias

k) Despesas para realização de campanhas de vendas, com liquidação financeira à vista; I) Receita com Títulos de Capitalização – Produtos da Modalidade Incentivo (Promoções Comerciais) com

Face à natureza de suas atividades a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros dos seus bens

· Coberturas contratadas para Seguro Empresarial (Incêndio, roubo/furto, danos elétricos, equipamentos eletrônicos,

A Companhia contratou linha de crédito mediante conta garantida (nota explicativa nº 14) e irá renová-la por mais

De acordo com as Resoluções CNSP nº 321/2015, artigo nº 134, item III e CNSP 432/2021, artigo nº 146, o Comitê de Auditoria revisou as Demonstrações Financeiras, inclusive as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE AUDITORIA

CONSELHEIROS

Mariangela Fialek

Silvano Gianni

MEMBROS

Gustavo Leipnitz Ene

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Marcio de Moraes Palmeira

Ângela Beatriz de Assis

Alexandre Petrone Vilardi - Suplente

responsabilidade civil) - R\$ 8.295 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 9.426 em 31 de dezembro de 2020; • Coberturas contraíadas para Responsabilidade Civil de Administradores e Gestores (Danos ambientais, cadastrais, corporais, materiais, morais e de continuidade) - R\$ 74.243, em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 70.704

3.200

goria Ativo Passivo Receita Despesa Ativo Passivo Receita Despesa

(13.382)

(33.012)

(1.575)

(26)

(483)

(715)

(1.440)

3.212 (397.542) 733

Cate-

Ligada

Abaixo, a discriminação da natureza das operações de cada Parte Relacionada

Ligada 4.953 202.781

1.899

1.184

3.663

12.002

4.800

31/12/2020

- (374.154)

(13.634)

(41.553)

(49.204)

(28)

(597)

(3.394)

(4.846)

(526)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Partes Relacionadas

a. BB Corretora de Seguros e

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários S.A.

(BB-DTVM S.A.

Seguros S.A.

do Brasil

Banco do Brasil S.A

Votorantim Corretora de

Brasilveículos Companhia de Seguros Brasildental Operadora de

Planos Odontológicos S.A.

h. Companhia de Seguros Aliança

BB Tecnologia e Serviços S.A. ...

Fundação Banco do Brasil...... Companhia Brasileira de

m. BB Seguros Participações S.A. .. Ligada

salário e idade, com liquidação mensal:

corridos do aceite da Nota Fiscal;

Soluções e Serviços (Alelo)

o. Companhia de Seguros Aliança

BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.

BB Administradora de

Consórcios S.A.

n. Icatu Seguros S/A.

da Bahia.....

exercício de 2021:

recebimento à vista; m) Dividendos a pagar: n) Dividendos a pagar, e o) Dividendos a pagar

19. Outros Assuntos 19.1. Cobertura de Seguros

em 31 de dezembro de 2020. 20. Eventos Subsequentes

31 de dezembro de 2021.

noventa dias, a partir de 02 de fevereiro de 2022.

PRESIDENTE DO CONSELHO

COORDENADOR DO COMITÊ

Ullisses Christian Silva Assis

Total..

Administradora de Bens S.A. ..

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de Aquisição	(397.396)	(481.067)
Corretagem	(350.554)	(429.588)
Custeamento de Vendas	(46.842)	(51.479)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	44.442	28.226
Confecção e Postagem de Títulos	(883)	(1.299)
Receita com Prescrição de Títulos de Capitalização	22,368	12.020
Receita com Resgates Antecipados de Títulos	21.583	17.048
Provisões para Ações Judiciais	(429)	822
Outras Receitas/Despesas		(365)
Despesas Administrativas		(88.890)
Pessoal Próprio	(52.050)	(50.824)
Prestadores de Serviços	(28.778)	(24.686)
Localização e Funcionamento.	(5.118)	(5.920)
Publicidade e Propaganda	(748)	(4.848)
Publicações	(439)	(260)
Donativos e Contribuições.	(855)	(2.003)
Diversas.	\/	(349)
Tributos	/	(32,717)
PIS	(3.070)	(4.282)
COFINS	(24.090)	(26.350)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(1.974)	(1.882)
Outros	(206)	(203)
Receitas Financeiras	1.081.178	755.472
		86.288
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado (nota explicativa nº 5.2) Títulos de Renda Fixa - Privados	8.539	6.202
Contratos Futuros – DI (*)	415.359	11.573
Quotas de Fundos de Investimento.	90.371	63.502
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	4.300	5.011
Títulos Mantidos até o Vencimento (nota explicativa nº 5.2)		467.405
		467.405
Títulos de Renda Fixa - Públicos	<u>377.007</u>	
Títulos de Renda Fixa - Públicos	<u>182.767</u>	<u>201.598</u>
		201.598
Outras Receitas		181
Outras Receitas		
Despesas Financeiras	(1.119.007)	(516.411)
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado (nota explicativa nº 5.2)	(690.297)	<u>(76.629)</u>
Contratos Futuros – DI (*)	(338.990)	(41.963)
Títulos de Renda Fixa – Públicos	(294.135)	(641)
Quotas de Fundos de Investimento	(56.923)	(24.431)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	(249)	(9.594)
Outras Despesas	(428.710)	(439.782)
Atualização Monetária e Juros das Provisões Técnicas	(408.323)	(423.051)
Taxa de Administração da Carteira	(13.382)	(13.634)
Juros sobre arrendamentos	(204)	
Outras Despesas Financeiras	(6.801)	(3.097)
Resultado Patrimonial		(16)
Despesas com Imóveis de Renda	-	(16)
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	(2)	12

(*) Comparando os valores dos anos de 2021 em relação à 2020, os contratos futuros de DI de 2021 diferem em quantidade (notional) e tempo de permanência na carteira de investimentos. Ou seja, em 2021 a carteira ficou mais protegida e por mais tempo, gerando essa diferença de valores. 18. Transações com Partes Relacionadas

Resultado na Alienação de Bens do Ativo Permanente

A Administração identificou como Partes Relacionadas as seguintes empresas: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/A, BB Gestão de Recursos - DTVM S/A, Banco do Brasil S/A, Votorantim Corretora de Seguros S/A, Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S/A, BrasilPrev Seguros e Previdência S/A, Companhia de Seguros Aliança da Bahia, BB Tecnologia S/A, Fundação Banco do Brasil, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo, BB Administradora de Consórcios S/A, BB Seguros e Participações S/A, Companhia de Seguros Aliança da Bahia, Icatu Seguros S/A e os Administradores da Brasilcap Capitalização S/A, conforme definições contidas no CPC 05 (R1).

O custo com a remuneração global do Pessoal-Chave da Administração está definido no Estatuto Social e os valores são reavaliados e aprovados anualmente pela Assembleia Geral.

a) Diretoria Executiva - Honorários, Gratificações, Participações nos Lucros, Assistência Médica e Outras Despesas.

b) Conselho de Administração: Honorários e Assistência Médica.
 c) Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal: Honorários.

Ás transações com Partes Relacionadas estão demonstradas nos quadros abaixo apresentando os saldos patrimoniais e o resultado líquido das referidas operações de forma comparativa

Remuneração do Pessoal-Chave	31/12/2021 31/12/2020							
da Administração	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo F	Receita	Despesa
Pessoal-Chave da Administração	291	1.064	2	(7.053)	385	797		(6.300)
Honorários e Encargos Sociais	-	214	2	(5.620)	-	_	-	(5.233)
Diretoria Executiva	-	107	2	(3.479)	-	_	-	(3.062)
Comitê de Auditoria	-	14	-	(344)	-	-	-	` (337)
Conselho de Administração	-	69	-	(1.378)	-	-	-	(1.415)
Conselho Fiscal	-	24	-	(419)	-	-	-	` (419)
Remuneração Variável	291	839	-	(1.069)	385	778	-	(830)
Assistência Médica	-	11	-	` (181)	-	19	-	(189)
Outros	-	-	-	(183)	-	-	-	(48)

DIRETORIA

PRESIDENTE Nelson Antônio de Souza

Introdução

independente e da auditoria interna.

e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades

DIRETORES

Jacqueline Marques Lana

Marcelo Gonçalves Farinha - Estatutário Frederico Guilherme Fernandes de Queiroz Filho - Estatutário Denis dos Santos Morais Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

CONTADOR Jairton Cardoso Guimarães

CRC-RJ 077462/O-4

MIBA-784 **CONSELHO FISCAL**

ATUÁRIA

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") órgão estatutário de assessoramento ao

Conselho de Administração, atua de forma independente e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, avaliar a efetividade dos controles internos, da auditoria contábil

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir

os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais

A aŭditoria interna responde pela realização de trabalhos periódicos com foco nos principais riscos a que a

Companhia está exposta, avaliando, com independência e objetividade, as ações de gerenciamento desses riscos

e a adequação dos controles internos e da governança. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras

da Brasilcap. Avalia, também, adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisitou documentos e informações, promoveu discussões internas. Reuniu-se com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com representantes das áreas

de Auditoria Interna, Atuária Corporativa, Capital Humano, Compras e *Facilities*, Controladoria, Contabilidade,

Controles Internos e Compliance, Privacidade e Proteção de Dados, Finanças, Jurídico e Societário, Ouvidoria, Riscos Corporativos, Serviços e Governança de TI e Soluções de TI. As atividades desenvolvidas, registradas em atas e no relatório semestral, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão

Em suas reuniões, o Comitê abordou, em especial, os seguintes assuntos: demonstrações contábeis; controles internos e compliance, provisões técnicas, estratégia corporativa; conciliação bancária; ouvidoria; tecnologia e segurança da informação; demandas judiciais; depósitos judiciais; compras e contratações; regularidade

nas demonstrações financeiras e adequação dos controles internos aos riscos suportados pela Companhia.

PRESIDENTE Jônathas Assunção Salvador Nery de Castro

CONSELHEIROS Albérico Machado Mascarenhas Marcelo Sampaio Cunha Filho

Márcio Santiago Câmara

Rafael Augusto Sperendio

conclusões e recomendações.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2021 fiscal, trabalhista, previdenciària e ambiental; auditorias contábil independente e interna; acompanhamento das recomendações oriundas de áreas internas e de entidades externas; relacionamento com a SUSEP; medidas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; situação de capital da companhia. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com auditoria interna e com auditoria contábil independente, apreciou seu planejamento e acompanhou sua execução, bem como tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, suas

Revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do auditor contábil independente sobre as demonstrações financeiras, com o qual discutiu conclusões e apontamentos. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e vem merecendo a atenção permanente da Administração;

a auditoria interna é efetiva e desempenha suas funções com independência e objetividade;

a auditoria contábil independente é efetiva e suas avaliações apoiam a opinião do Comitê sobre a integridade

das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua

as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro (RJ), 02 de fevereiro de 2022

Marcio de Moraes Palmeira

Rafael Augusto Sperendio Coordenador

Membro

Ângela Beatriz de Assis Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, declara haver procedido a análise do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2021, das informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, do Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S/A, considerando satisfatório o resultado dessa análise. Diante disso, este Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das correspondentes demonstrações financeiras da Companhia. Manifesta, ainda, seu parecer favorável à proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião nesta data, de que a destinação R\$ 3.512.241,10 (três milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos), oriundos do Lucro Líquido do exercício de 2021, seja a seguinte: (i) constituição de Reserva Legal de R\$ 175.612,06 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e doze reais e seis centavos); (ii) proposta de pagamentos de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 834.157,26 (oitocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) em 11/02/2022; e (iii) constituição de outras reservas de lucros de R\$ 2.502.471,78 (dois milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos).

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022 Jônathas Assunção Salvador Nery de Castro

Presidente Marcelo Sampaio Cunha Filho Conselheiro Titular

Albérico Machado Mascarenhas Conselheiro Titular Márcio Santiago Câmara

Conselheiro Titular

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Brasilcap Capitalização S.A.

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBÁ. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstratívos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam

a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado referidos anteriormente da Brasilcap Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados,

em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSF **Outros assuntos** No contexto de nossas responsabilidades descritas anteriormente, considerando a avaliação de riscos de distorção

relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia é utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Brasilcap Capitalização S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suás operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e contabilização das provisões técnicas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização em vigor, no montante de R\$ 7.872.886 mil, equivalentes a 86% de seu passivo.

Por causa da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, volumetria das transações e diversidade dos produtos de capitalização existentes, consideramos ás provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção e a leitura das notas técnicas atuariais que suportam a constituição das provisões técnicas; (ii) o recálculo da constituição da provisão matemática de capitalização ("PMC"), da provisão de sorteio a realizar ("PSR") e da provisão para distribuição de bônus ("PDB") do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nas informações relativas às arrecadações do exercício e nas notas técnicas atuariais mencionadas no item (i); (iii) a realização de um teste global de atualização monetária das provisões técnicas no exercício; (iv) o confronto dos valores totais de pagamento de resgates e sorteios do exercício com os correspondentes extratos das instituições financeiras e com os registros oficiais; (v) a realização de uma seleção amostral de pagamentos de resgates e de sorteios para a análise documental (confronto dos dados do subscritor com o cadastro realizado na base de dados, validação do CPF ou CNPJ com os dados da Receita Federal e comprovante de liquidação financeira do resgate e/ou sorteio); (vi) a análise da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas, no exercício, por natureza da transação; (vii) a realização de análises específicas (Analytics) das movimentações dos saldos e dos volumes das transações; e (viii) a verificação da adequação da contabilização e das divulgações efetuadas em notas explicativas para as provisões técnicas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente resumidos, consideramos os valores das provisões técnicas aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e. com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Deloitte. Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC nº 1 RJ 081401/O-5